



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEOG

CARLOS FELIPE SILVA

**MOBILIDADE ESPACIAL DE ESTUDANTES DE NÍVEL SUPE-
RIOR PARA SÃO JOÃO DEL-REI (MG)**

São João del-Rei

2025



Universidade Federal
de São João del-Rei

MOBILIDADE ESPACIAL DE ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR PARA SÃO JOÃO DEL-REI (MG)

Carlos Felipe Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOG) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Ambiental e Territorial

Linha de pesquisa: Dinâmica do Espaço Rural e Urbano

Orientador: Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira Lobo

Coorientador: Prof. Dr. Rafael Santiago Soares

São João del-Rei

2025

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**MOBILIDADE ESPACIAL DE ESTUDANTES DE NÍVEL SUPE-
RIOR PARA SÃO JOÃO DEL-REI (MG)**

Autor: Carlos Felipe Silva.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira Lobo.

Coorientador: Prof. Dr. Rafael Santiago Soares.

A banca examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta dissertação de mestrado:

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS FERNANDO FERREIRA LOBO**
Data: 29/08/2025 16:54:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira Lobo - Orientador

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL SANTIAGO SOARES**
Data: 29/08/2025 20:37:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael Santiago Soares - Coorientador

IF SUDESTE MG - *Campus* São João del-Rei

Documento assinado digitalmente
 **EVERALDO BATISTA DA COSTA**
Data: 30/08/2025 08:33:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Universidade de Brasília - UnB

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO ROBERTO TOLEDO**
Data: 29/08/2025 17:31:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

(Fernando Teixeira de Andrade)

AGRADECIMENTOS:

Nessas linhas que seguem quero agradecer imensamente:

Ao meu orientador Carlos Lobo e coorientador Rafael Santiago Soares, que me orientaram com paciência, dedicação e sabedoria, ajudando-me a refinar meu pensamento crítico e a desenvolver esta pesquisa. As sugestões concedidas tornaram-se cruciais para o aprimoramento do meu estudo. Agradeço profundamente a confiança em mim depositada.

Aos professores Márcio Roberto Toledo e Everaldo Batista da Costa, que compuseram a banca examinadora do meu exame de qualificação e da minha defesa de dissertação, pelas considerações que fizeram com que enxergasse a minha pesquisa sob novas perspectivas.

Aos professores que ministraram as disciplinas cursadas durante a minha pós-graduação: Leonardo Rocha, Carla Juscélia de Oliveira Souza, Flamarion Dutra Alves, Tatiane Godoy e Gabriel Pereira, pelos ensinamentos que muito contribuíram para estruturar as minhas ideias e desenvolver minha dissertação.

Aos orientandos do professor Carlos Lobo: Camila Aguiar de Montero e João Vitor Pereira Guedes, discentes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela contribuição com a produção dos mapas que se mostraram essenciais para minha pesquisa.

Aos meus pais por desejarem sempre o melhor para mim, pelo esforço que fizeram para que pudesse superar cada obstáculo em meu caminho e chegar até aqui, e, principalmente, pelo amor incomensurável que concedem a mim.

Àqueles que conheci ao longo desta caminhada: Alexandre, Ana Vitória, Isadora, Lucas, Malu, Mariana, Rafael e Silvana. Vocês tornaram as minhas manhãs e tardes muito mais aprazíveis nesse período. Desejo tudo o que há de melhor a cada um de vocês, que continuem sendo os pilotos de suas histórias e conquistem as estrelas mais reluzentes do céu.

RESUMO:

A mobilidade espacial da população reflete a capacidade dos indivíduos de se mover espacialmente, o que envolve, por exemplo, tanto a migração quanto os deslocamentos regulares. A mobilidade populacional contribui para organização espacial, já que a chegada ou permanência de certo contingente de pessoas em uma dada área altera a dinâmica populacional, as condições de crescimento, as demandas por políticas públicas e o acesso à educação, trabalho e moradia. Nesse sentido, o objetivo central dessa dissertação consiste em avaliar a mobilidade espacial de estudantes de nível superior para o município de São João del-Rei (MG) por meio dos movimentos migratórios e pendulares em 2010. Os objetivos específicos são: caracterizar o processo de expansão da rede de educação superior em São João del-Rei; analisar os deslocamentos espaciais de estudantes para o município; e, por fim, identificar e interpretar o nível de centralidade da oferta do ensino superior, as interações que constituem a rede de cidades e as áreas de influência do município em um âmbito regional. A hipótese considerada é que a mobilidade espacial estudantil evidencia o nível de polarização exercida por São João del-Rei, que assume novos contornos durante as últimas décadas. Os procedimentos metodológicos utilizados compreendem um conjunto de indicadores de mobilidade populacional que possibilitam avaliar os fluxos de estudantes para São João del-Rei, sendo esses: Proporção de Migrantes de Ensino Superior (PM_e); Proporção de Pendulares de Ensino Superior (PP_e); Razão entre Migração e Pendularidade (RM_p); Razão de Mobilidade Escolar para Ensino Superior (RM_e); e Razão de Pendularidade Escolar (RP_e). São João del-Rei exerce, em 2010, uma maior influência sobre os fluxos pendulares estudantis, o que abrange todos os níveis educacionais, quando comparados com os movimentos migratórios. Em referência ao ensino superior, o município absorve em maior intensidade estudantes que praticam deslocamentos regulares, em contraponto aos estudantes que decidem pelo estabelecimento de moradia fixa. Por fim, verifica-se que São João del-Rei desempenha uma maior polaridade associada ao ensino, quando comparada ao trabalho, revelando que a centralidade de São João del-Rei depende consideravelmente da estrutura da rede de ensino do município.

palavras-chave: educação; migração; mobilidade pendular; São João del-Rei.

ABSTRACT:

The spatial mobility of the population reflects the ability of individuals to move spatially, which involves, for example, both migration and regular commuting. Population mobility contributes to spatial organization, as the arrival or persistence of a certain contingent of people in each area alters population dynamics, growth conditions, demands for public policies, and access to education, work, and housing. Therefore, the central objective of this dissertation is to evaluate the spatial mobility of higher education students to the municipality of São João del-Rei, through migratory and commuting movements in 2010. The specific objectives are to characterize the expansion process of the higher education network in São João del-Rei; to analyze the spatial movements of students to the municipality; and, finally, to identify and interpret the level of centrality of higher education provision, the interactions that constitute the network of cities, and the municipality's areas of influence at a regional level. The hypothesis considered is that student spatial mobility highlights the level of polarization exerted by São João del-Rei, which has taken on new contours in recent decades. The methodological procedures used include a set of population mobility indicators that allow for the assessment of student flows to São João del-Rei, namely: Proportion of Higher Education Migrants; Proportion of Higher Education Commuters; Migration-to-Commuting Ratio; School Mobility Ratio for Higher Education; and School Commuting Ratio. In 2010, São João del-Rei exerted a greater influence on student commuting flows, which encompasses all educational levels, when compared to migratory movements. In relation to higher education, the municipality absorbs students who commute more frequently, as opposed to students who choose to establish a permanent residence. Finally, it is found that São João del-Rei plays a greater role in education when compared to work, revealing that the centrality of São João del-Rei depends considerably on the structure of the municipality's education network.

keywords: education; migration; commuting; São João del Rei.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Gráfico 1. Evolução do número de instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras entre o período de 1992 e 2022	35
Gráfico 2. Evolução do número de matrículas em cursos presenciais de instituições superiores brasileiras entre 1992 e 2022 (em milhares)	36
Gráfico 3. Evolução do número de matrículas em cursos de ensino a distância de instituições de ensino superior brasileiras entre 2002 e 2022 (em milhares)	37
Gráfico 4. Evolução do número de instituições de educação superior públicas e privadas em Minas Gerais entre o período de 1992 e 2022	38
Gráfico 5. Evolução do número de matrículas em cursos presenciais de instituições superiores de Minas Gerais entre 1992 e 2022 (em milhares)	39
Gráfico 6. Evolução do número de matrículas em cursos de ensino a distância de instituições de ensino superior de Minas Gerais entre 2002 e 2022 (em milhares)	39
Figura 1. Localização geográfica do município de São João del-Rei (MG)	42
Gráfico 7. Evolução do número de cursos em instituições de educação superior de São João del-Rei entre o período de 1992 e 2022	48
Gráfico 8. Evolução do número de matrículas em cursos presenciais das instituições de ensino superior de São João del-Rei entre 1992 e 2022	49
Gráfico 9. Evolução do número de matrículas em cursos de ensino a distância das instituições superiores de São João del-Rei entre 2012 e 2022	50
Figura 2. Localização geográfica dos municípios que integram a mesorregião do Campo das Vertentes (MG).....	52
Figura 3. Vetores dos fluxos migratórios de estudantes de nível superior para São João del-Rei (2010)	59

Figura 4. Proporção de Migrantes de Ensino Superior (PM_e) por município para São João del-Rei (2010)	61
Figura 5. Vetores dos fluxos pendulares de estudantes de nível superior para São João del-Rei (2010)	63
Figura 6. Proporção de Pendulares de Ensino Superior (PP_e) por município para São João del-Rei (2010)	65
Figura 7. Razão entre Migração e Pendularidade (RM_p) por município para São João del-Rei (2010)	68
Figura 8. Razão de Mobilidade Escolar para o Ensino Superior (RM_e) por município para São João del-Rei (2010)	71
Figura 9. Razão de Pendularidade Escolar (RP_e) por município para São João del-Rei (2010)	74

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1. Número de matrículas em cursos de ensino superior presenciais e a distância por mesorregião de Minas Gerais, seja em instituição de ensino superior privada ou pública (2022)	41
Tabela 2. Número de migrantes, migrantes de ensino superior e Proporção de Migrantes de Ensino Superior (PM_e) por mesorregião para São João del-Rei (2010)	60
Tabela 3. Número de municípios, por mesorregião, que São João del-Rei exerce influência, em relação à migração para fins estudantis e os municípios que apresentam os maiores PM_e (2010)	62
Tabela 4. Número de pendulares, pendulares de ensino superior e Proporção de Pendulares de Ensino Superior (PP_e) por mesorregião para São João del-Rei (2010)	64
Tabela 5. Número de municípios, por mesorregião, que São João del-Rei exerce influência, quanto à pendularidade para fins de estudo e os municípios que apresentam os maiores PP_e (2010)	66
Tabela 6. Razão entre Migração e Pendularidade (RM_p) por mesorregião para São João del-Rei (2010)	67
Tabela 7. Municípios, por mesorregião, com RM_p maior ou igual a um (2010)	69
Tabela 8. Razão de Mobilidade Escolar para o Ensino Superior (RM_e) por mesorregião para São João del-Rei (2010)	70
Tabela 9. Municípios, por mesorregião, com os maiores RM_e (2010)	72
Tabela 10. Razão de Pendularidade Escolar (RP_e) por mesorregião para São João del-Rei (2010)	73

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS:

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FUNREI – Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFET – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PM_e – Proporção de Migrantes de Ensino Superior

PNE – Plano Nacional de Educação

PP_e – Proporção de Pendulares de Ensino Superior

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RM_e – Razão de Mobilidade Escolar do Ensino Superior

RM_p – Razão entre Migração e Pendularidade

RP_e – Razão de Pendularidade Escolar

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei

UNIPTAN – Centro Universitário Presidente Tancredo Neves

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: REGIÃO, REDE E MOBILIDADE ESPACIAL POPULACIONAL - UM OLHAR SOBRE AS ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS	18
CAPÍTULO 2: EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA OFERTA DO ENSINO SU- PERIOR	30
2.1 Caracterização da expansão do ensino superior brasileiro e de Minas Gerais	30
2.2 Crescimento da oferta do ensino superior em São João del-Rei (MG)	41
2.3 Recorte espacial, base de dados e procedimentos metodológicos	51
CAPÍTULO 3: MOBILIDADE ESPACIAL DE ESTUDANTES DE NÍVEL SUPE- RIOR PARA SÃO JOÃO DEL-REI: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RE- SULTADOS	57
3.1 Migrantes matriculados em cursos superiores em São João del-Rei	58
3.2 Pendulares matriculados em cursos superiores em São João del-Rei	63
3.3 Relação entre migração e pendularidade de estudantes para São João del-Rei	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

INTRODUÇÃO

A mobilidade espacial da população expressa a capacidade dos indivíduos de se mover espacialmente, sendo um fenômeno que envolve tanto a migração quanto os deslocamentos diários, dentre os quais, os mais conhecidos correspondem aos fluxos pendulares (Wunsch e Termote, 1978). A mobilidade espacial, processo decorrente da ação das diferentes formas de atração populacional, associa-se ao desenvolvimento econômico; à localização das atividades produtivas; ao acesso aos serviços públicos e privados; assim como às próprias aspirações e desejos pessoais. A mobilidade populacional influencia a organização espacial, ao considerar que a chegada ou a permanência de certo contingente de pessoas em uma dada localidade altera a dinâmica populacional, as condições de crescimento, as demandas por políticas públicas, além do acesso à educação, trabalho e moradia. Os fluxos populacionais representam as distintas formas de articulações estabelecidas pelos lugares e permitem identificar os processos socioeconômicos de reestruturações regionais. As modificações dos fluxos populacionais que se relacionam à composição, distância, causas e consequências corroboram a necessidade de analisar o papel pelos movimentos populacionais dentro do processo de redistribuição espacial da população.

Para Santos (1996), a fluidez compreende a uma das características que conforma o espaço geográfico e, portanto, a organização regional. Moreira (2007) considera o espaço como movimento, ao privilegiar a fluidez dos processos de transformações espaciais. Os fluxos mostram-se fundamentais aos estudos regionais sobre as diferentes formas de mobilidade populacional, que se manifestam espacialmente, sendo resultantes não apenas de uma condição socioeconômica instantânea. Lobo et al. (2020) reiteram que as modificações dos padrões de distribuição espacial da população e dos lugares de polarização e de centralidades estabelecem as reestruturações do espaço regional. Os fluxos populacionais em Minas Gerais, por exemplo, ao longo das últimas décadas do século passado, exercem um papel importante. Ainda que Belo Horizonte corresponda ao principal centro polarizador regional e atraia expressivos quantitativos populacionais, em especial, do interior do estado, existem indícios de dispersão da população e das atividades socioeconômicas, ainda que restritas às áreas de influência da capital.

A consolidação de polos e a configuração de eixos de expansão econômico-populacionais, a expansão das cidades médias em contraposição às grandes aglomerações, somadas as interações do nível local com o regional e metropolitano correspondem a fatores que presumem a compreensão dos fenômenos regionais e dos respectivos rearranjos constituídos. Coutinho (1995) identifica ainda que as condições favoráveis de infraestruturas, como transporte, comunicação, universidades e centros de pesquisa, em conjunto com as tendências mencionadas se consolidam como ‘novas externalidades’ que condicionam o desenvolvimento de polos inovadores de serviços em cidades médias. As constantes transformações dos padrões de redistribuição da população e das atividades econômicas resultam em processos de desconcentração espacial, que viabilizam a existência de atividades econômicas e pessoas para além das áreas metropolitanas, o que proporciona um crescimento socioeconômico e demográfico das cidades secundárias (Richardson, 1980).

O grau de polarização das cidades resulta tanto da área de atuação quanto da complexidade das estruturas econômicas. Esses fatores determinam o padrão de demanda e a oferta de bens e serviços centrais, o que promove maiores graus de complexidade e, consequentemente, maiores níveis de polarização. Quanto maior o nível hierárquico de uma cidade, maior a capacidade da economia fornecer bens de maior valor para o atendimento do mercado local. As cidades criam em torno de si áreas de influência que se instituem a partir do alcance das vias de transporte e comunicação. Diante disso, as áreas mais atraídas constituem as que se encontram mais próximas dessas cidades em detrimento daquelas mais remotas (Garcia e Nogueira, 2008). A capacidade das cidades médias de oferecer bens e serviços materiais e imateriais e infraestrutura produtiva permite que essas se tornem uma alternativa de localização aos grandes centros metropolitanos (Serra, 1998).

As cidades médias, consideradas como “diques” para os fluxos populacionais, se tornam uma possibilidade de localização em oposição à concentração dos grandes centros metropolitanos. Richardson (1980) esclarece que a importância atribuída às cidades médias se dá a partir da reversão da polarização, em que os movimentos migratórios passam a se direcionar para essas cidades, visto que as áreas metropolitanas atingem o limite de ganhos de aglomeração e passam a enfrentar deseconomias de escala. Conforme Castello Branco (2007), as cidades médias constituem “nós” da rede urbana e funcionam, para a respectiva rede de influência, como pontos de prestação de serviços em escala regional.

Matos (2005) declara que a existência dos equipamentos educativos em localidades fora dos grandes centros metropolitanos ratifica a hipótese da desconcentração espacial seletiva relacionada à contribuição da melhoria das infraestruturas das cidades intermediárias que densificam a rede urbana brasileira. Para Barbosa et al. (2015), os equipamentos educativos constituem fatores de atratividade econômica que induzem as decisões de deslocamentos e a fixação de migrantes. Os autores acrescentam ainda que as instituições educacionais atuam em processos de desconcentração demográfica dos grandes centros, à medida que proporcionam a qualificação profissional. O padrão espacial da localização dos estabelecimentos superiores, de forma concentrada em determinados espaços, a gratuidade e qualidade das instituições e o crescimento da oferta de cursos e vagas em instituições superiores do setor público e privado favorecem a ocorrência de deslocamentos entre a residência e a instituição superior por parte de um vasto número de estudantes. O acesso e permanência dos estudantes em instituições superiores influenciam-se principalmente pelas dificuldades que enfrentam ao se deslocarem diariamente entre a respectiva residência e a instituição educacional em que cursa o ensino superior.

Araújo (2013) enfatiza o papel da redistribuição geográfica das instituições educacionais para o desempenho de regiões economicamente menos desenvolvidas, ao considerar que a existência dos *campi* universitários federais em cidades médias impacta de forma expressiva a vida cultural, o comércio e os serviços locais. Para Amorim (2010), a distribuição geográfica dos estabelecimentos superiores segue uma seletividade espacial, que se insere dentro do processo de homogeneização e diferenciação espacial favorecida pela globalização econômica e reestruturação produtiva. O autor pontua que o ensino superior se torna uma variável importante para o entendimento das reestruturações regionais brasileiras, uma vez que os lugares selecionados para o estabelecimento da rede educacional participam de uma lógica de funcionamento global, em que a técnica e ciência começam a fazer parte da vida cotidiana de um maior número de pessoas.

Soares (2020) pontua que a flexibilização da oferta do ensino superior decorre das transformações sociais, econômicas e políticas brasileiras em um contexto de processo de reestruturação produtiva. As políticas educacionais proporcionam o crescimento e a redistribuição geográfica das instituições de ensino superior, o que induz mudanças associadas às conexões geográficas entre os centros regionais. A Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB), instituída em 1996, promove a flexibilização da oferta de vagas e cursos superiores brasileiros. A LDB define a autonomia para as instituições superiores, que adquirem a prerrogativa de execução da oferta de cursos superiores e as respectivas vagas sem uma autorização prévia do poder público. Minas Gerais constitui um dos estados pioneiros em desempenhar os processos de desconcentração da oferta do ensino superior. A partir de 1960, o estado recebe iniciativas de abertura de instituições públicas em cidades médias, quando as instituições superiores dos outros estados se encontram restritas aos grandes centros urbanos brasileiros (Sampaio, 2014).

Silveira (2011) discute a importância da educação superior referente às demandas modernas das cidades principalmente as de porte médio, diante da aceleração dos efeitos da globalização e formação de novas centralidades. As instituições superiores desempenham um caráter de agente local, já que possibilitam a competição de novas atividades e serviços e estimulam a especialização e dinamização dos lugares, o que resulta em mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais (Silveira, 2011). Nesse âmbito, cabe ressaltar o papel das instituições superiores para o município de São João del-Rei (MG), que se torna um polo educacional regional, com a instauração da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI) em 1986 e, seguidamente, com a incorporação da fundação pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) em 2002.

São João del-Rei, situada a cerca de 180 km de Belo Horizonte, pertence à mesorregião do Campos das Vertentes. O município dispõe de uma área de 1.452 km² e população correspondente a 90.225 habitantes (IBGE/2022). São João del-Rei contém três instituições superiores, sendo duas delas públicas, a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) e uma da rede particular, o Centro Universitário Presidente Tancredo Neves (UNIPTAN)¹. A UFSJ origina-se com a união e federalização de duas instituições superiores presentes em São João del-Rei em 1980: a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras e a Fundação Municipal de São João del-Rei. Com o estabelecimento da lei nº 7.555, de 18 de dezembro de 1986, concebe-se a Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei, que,

¹ O UNIPTAN pertence ao grupo econômico Afya que corresponde a um conglomerado educacional focado em medicina e saúde. Em 2019, o grupo Afya surge da união entre a NRE Educacional, grupo de faculdades de medicina fundado em 1999, com a MEDCEL, marca de cursos preparatórios para prova de residência médica. A Afya conta com mais de 30 instituições de ensino superior credenciadas.

a seguir, transforma-se em UFSJ, através da determinação da lei nº 10.425, de 19 de abril de 2002. O UNIPTAN, fundado em março de 2000, se credencia pelo Ministério da Educação mediante a portaria nº 2.065, de dezembro de 2000. O IF Sudeste MG: *Campus* São João del-Rei, concebido através da resolução nº 007/2009 do Ministério da Educação em novembro de 2009, inicia as atividades em fevereiro de 2010.

Os pesquisadores, que desenvolvem estudos concernentes à hierarquia das cidades e à dinâmica da rede urbana do Brasil, consideram São João del-Rei como um município que exerce funções de centralidade, uma vez que apresenta uma rede de relações expressiva com os municípios da microrregião de São João del-Rei e da mesorregião do Campo das Vertentes e com Belo Horizonte. Cota e Diório (2013) identificam a cidade como um município pequeno-médio, ao considerar que o tamanho demográfico do município não atinge o limite definido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2015, que define como cidades médias, aqueles municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes. O estudo referente às Regiões de Influência das Cidades (REGIC), desenvolvido pelo IBGE em 2018, determina a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência associadas a essas cidades, com o intuito de reconhecer as metrópoles e capitais regionais brasileiras e o alcance espacial da influência delas. A REGIC 2018 estabelece três Arranjos Populacionais (AP) dentro da mesorregião do Campo das Vertentes: AP Barbacena, que compreende três municípios (Alfredo Vasconcelos, Antônio Carlos e Barbacena); AP Lavras, que incorpora quatro municípios (Ijaci, Itumirim, Lavras e Ribeirão Vermelho); e AP São João del-Rei, que também abrange quatro municípios (Coronel Xavier Chaves, Santa Cruz de Minas, São João del-Rei e Tiradentes).

A REGIC 2018 consolida São João del-Rei como um município que apresenta o mesmo nível de influência de Lavras e Barbacena, sendo considerada como “centro sub-regional A” que integra a região de influência da capital. O centro sub-regional desempenha durante os últimos anos o papel de comando em atividades de gestão, assim como a função de atratividade, ao fornecer serviços para outras cidades circundantes. A região de influência de São João del-Rei compreende treze municípios: Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritópolis, Santa Cruz de Minas, São Tiago, São Vicente de Minas e Tiradentes. Em relação à oferta de serviços de ensino superior, a

hierarquização de Soares e Lobo (2018), definida a partir do Índice de Centralidade Regional (ICR), constituído pelo número de matrículas e cursos; capacidade de absorção de pessoas com ensino médio completo do próprio município; e capacidade de absorção de pessoas de outros lugares, classifica São João del-Rei como um centro sub-regional.

A escolha do município de São João del-Rei como objeto de estudo desta pesquisa relaciona-se à presença de uma universidade federal dentro do limite político-administrativo do município. São João del-Rei e Lavras constituem os únicos municípios do Campo das Vertentes, que contêm uma universidade federal, o que tende a atrair um volume mais expressivo de estudantes para os municípios. A expansão da oferta do ensino superior de São João del-Rei, a partir da adesão das instituições superiores aos programas federais de reestruturações institucionais, promove a abertura de novos cursos e o incremento do número de matrículas. Além disso, a configuração das rodovias do entorno de São João del-Rei, que dão acesso às metrópoles brasileiras e centros urbanos mineiros, favorece o tráfego de passagem pelo município constituindo um entroncamento de vias de circulação.

A parametrização legal, aliada a momentos de crescimento econômico, financiamento estatal, subsídios aos discentes e programas de reestruturação das instituições superiores federais ocasiona um crescimento de cursos e estudantes matriculados. Em Minas Gerais, o contingente de matriculados em instituições de ensino superior aumenta de 144.756, em 1992, para 912.900, em 2022, já o número de cursos de ensino superior passa de 524, em 1992, para 3.710, em 2022. À medida que em São João del-Rei, o número de matriculados cresce de 2.678, em 1992, para 12.254, em 2022 e o número de cursos oferecidos exibe um acréscimo de oito, em 1992, para 62 cursos superiores, em 2022. Entre 1992 e 2022, a taxa de crescimento anual de matriculados e cursos em Minas Gerais corresponde a 6,33% e 6,74%, respectivamente, ao passo que em São João del-Rei, a taxa de crescimento anual de matrículas atinge 5,20% e a de cursos, 6,76% (INEP/2022).

O processo de expansão e interiorização da oferta do ensino superior faz com que os discentes, em busca de qualificação profissional, se desloquem para outras cidades. A interpretação dos fluxos populacionais, seja pela mobilidade migratória ou pendular, contribui especialmente para avaliar os impactos do processo de ampliação do ensino superior sobre os fluxos populacionais que se direcionam ao município de São João del-Rei. Diante desse contexto, algumas questões elementares inspiram e servem de referência a

elaboração desta pesquisa: o volume de estudantes de nível superior que optam por realizar a migração é maior ou menor do que aqueles que praticam os deslocamentos pendulares para o município? quais são os padrões dos movimentos espaciais dos estudantes de nível superior para São João del-Rei? e, por fim, existem distinções significativas entre a intensidade dos fluxos populacionais estudantis e laborais para o município?

Considerando essas questões como guias de análise, o objetivo central desta dissertação consiste em avaliar a mobilidade espacial de estudantes de nível superior para o município de São João del-Rei, através dos fluxos migratórios e pendulares em 2010. Os objetivos específicos desta pesquisa compreendem em caracterizar o processo de expansão da oferta da educação superior em São João del-Rei; analisar as redes de deslocamentos estudantis para o município; e identificar e interpretar o nível de centralidade da oferta da educação superior, as interações que estabelecem a rede de cidades e as áreas de influência do município. A hipótese central considerada é que a mobilidade espacial de estudantes evidencia o nível de polarização exercido por São João del-Rei.

A análise da contribuição da mobilidade populacional dentro da conformação das redes de influência regional de São João del-Rei assume relevância especial atualmente, em face da volatilidade dos mercados, inclusive de trabalho e do crescimento recente das instituições educacionais e da oferta de vagas em cursos superiores. A não divulgação dos dados amostrais referentes ao Censo Demográfico de 2022 compromete, por ora, a interpretação dos fluxos espaciais de estudantes de nível superior mais recentes. Contudo, os dados já divulgados, notadamente aqueles referentes aos estoques de população residente, não parecem indicar sensíveis mudanças de tendências ou padrões demográficos.

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro apresenta uma abordagem teórico-conceitual de referência dessa pesquisa, em que se discute as definições, perspectivas e tendências contemporâneas relativas à região, rede e mobilidade populacional, que se tornam conceitos-chave para a base argumentativa adotada a seguir. O segundo capítulo busca caracterizar o processo de expansão e interiorização da educação superior brasileira e em Minas Gerais e o estabelecimento das instituições superiores e a oferta do ensino superior em São João del-Rei. O capítulo ainda identifica a unidade espacial de análise e os recortes regionais utilizados, as bases de dados do Censo da Educação Superior e do Censo Demográfico, além dos procedimentos metodológicos adotados

para a elaboração deste trabalho. O terceiro e último capítulo corresponde à avaliação dos movimentos espaciais de estudantes de nível superior para São João del-Rei, que compreende a abrangência espacial da polarização do município mediante a identificação das áreas de influência e a interpretação das redes dos deslocamentos populacionais; o cálculo do volume dos fluxos de estudantes em São João del-Rei; e a comparação entre os fluxos espaciais estudantis e laborais que permite identificar o papel das instituições superiores.

1 REGIÃO, REDE E MOBILIDADE ESPACIAL POPULACIONAL - UM OLHAR SOBRE AS ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS

A princípio, o emprego do termo região (*regione*) relaciona-se ao controle empreendido pelos romanos sobre as administrações locais. A partir do ampliamiento dos domínios romanos, os filósofos consideram a emergência da palavra região, que nasce da necessidade de um contexto histórico, em que, pela primeira vez, verifica-se uma centralização do poder em um lugar específico e uma expansão desse controle sobre um território (Gomes, 2012). A análise da região, perante os processos de totalização, torna-se presente com o advento da geografia moderna, a partir da segunda metade do século XIX. O geógrafo francês Paul Vidal de La Blache dá importância ao específico, aquilo em que dado momento, denomina de “individualidade” ou “personalidade geográfica”. Em obras lablacheanas e de outros sucessores, a diferenciação de áreas torna-se uma questão importante para os trabalhos geográficos (Haesbaert, 2014). Enquanto adota-se *regione*, durante o império romano, para distinguir as áreas de dominação territorial, bem como facilitar a preservação do poder político-econômico imperial, a região corresponde, com a fundação da geografia moderna, à base conceitual utilizada para refutar a perspectiva totalizante da teoria ratzeliana a respeito do espaço vital (Soares, 2020).

A partir da segunda metade do século XX, os processos de reestruturação produtiva, que se incrementam pela revolução tecnológica e pelo avanço dos sistemas de transporte e informações, fazem com que as lógicas de reprodução econômica se modifiquem estruturalmente. Haesbaert (2014), depois de analisar a definição do termo região em um dicionário da língua inglesa, constata a perda de vinculação com a dimensão política, o

que dá espaço inclusive ao território quanto à problematização de regionalismos. Assim, a formação de uma região não se relaciona mais a processos orgânicos e a territorialidade absoluta de um dado grupo sem mediações com os espaços exteriores. Nessa perspectiva, Santos (1978) alega que há a necessidade de redefinir o termo região, quando se pretende manter essa designação. Em um sentido parecido, Moreira (2007) entende que existe uma “esclerose” do conceito de região, visto que o aumento da velocidade das reestruturações espaciais não compõe as formas em que os geógrafos pensam, interpretam e analisam as regiões. Para o autor, os geógrafos insistem de forma errática em adotar um conceito que se consolida com base em um espaço cujas relações mostram-se lentas (Soares, 2020).

À medida em que a globalização econômica “generaliza” a associação de mercados, transforma padrões de produção e consumo e intercambia diferentes modos culturais, a dimensão regional possibilita identificar as diferenças contidas em processos de homogeneização. O desafio colocado compreende em avaliar a região como uma dimensão que integre diferenças em um mundo de constantes mudanças e que investigue as centralidades que sobrepõem às regiões (Soares, 2020). As novas funções econômicas de oferecimento de serviços e as recentes articulações políticas e identitárias superpõem-se às configurações regionais passadas. A interpretação da organização regional implica considerar a história materializada pelo espaço e os fluxos materiais e imateriais inerentes à globalização. Por conseguinte, se faz necessário superar uma abordagem organicista e incorporar uma abordagem relacional, que propicia a leitura do entrecruzamento das interações entre os lugares. As redes correspondem a um elemento que estrutura a organização e articulação do espaço geográfico, por meio das redes geográficas circulam mercadorias, capitais, pessoas e interações que alteram continuamente as regiões.

As pesquisas sobre as redes de lugares centrais fazem com que apareça uma nova noção de região, a região polarizada. Essa abordagem, analisada por geógrafos franceses da denominada geografia ativa, tem como parâmetros basilares a inspiração marxista do desenvolvimento desigual e a crença da intervenção estatal como uma das formas de reduzir as disparidades socioeconômicas. Kayser (1980), um dos representantes da geografia ativa, define a região como um espaço polarizado. George (1968) propõe que a região advém de um território explorado pela economia urbana de uma metrópole regional, que se refere à ideia do espaço como um campo de ação de fluxos. Rochefort (1960) investiga

a função das cidades como centros de coordenação das atividades produtivas dentro das regiões de influência. Os estudos da geografia ativa trazem para a discussão temas centrais, como urbanização, industrialização e centralização. A análise das regiões incorpora novas referências como os fluxos econômicos, a estruturação das redes urbanas, a área de influência das cidades, além da polarização exercida pelas centralidades regionais. Assim, as redes passam definitivamente a integrar as preocupações referentes aos estudos regionais. Ao considerar a região, torna-se necessário ponderar os fluxos econômicos e populacionais, ou seja, a mobilidade territorial dos agentes sociais (Soares, 2020).

As redes, ao longo da história, constituem em traços que caracterizam a organização espacial, tais como estradas e redes de trocas comerciais. Moreira (2007) difunde o termo região-rede, que se refere à mudança do padrão de continuidade e contiguidade das regiões. Haesbaert (2014) sugere a existência uma regionalização global, estabelecida por coesões e articulações em espaços descontínuos, porém extremamente articulados entre si, que determinam as redes regionais em escala global e em outras escalas. O autor conceitua região como um espaço-momento articulado em processos intensivos de modificação, que compreendem múltiplas dimensões e escalas, embora constata-se o privilégio de algumas delas, isto é, com ênfase dimensionais e escalares distintas, conforme os sujeitos sociais e o contexto histórico-político em que se exprima essa articulação.

Santos (1996) defende, desde o fim da década de 1970, que a constituição do espaço geográfico se dá mediante a interação entre fixos e fluxos. Os fluxos redefinem os lugares ao atravessar os fixos, dão a eles sentido de existência e os ressignificam. A partir do desenvolvimento tecnológico e do papel que esse desempenha em atividades produtivas, o autor advoga a instituição do meio técnico-científico-informacional, em que o espaço geográfico se concebe como um conjunto solidário, indissociável e contraditório de sistemas de objetos e de ações (Santos, 1996). A atualização da proposta conceitual explica-se a partir do avanço técnico dos fixos, que se tornam objetos cada vez mais artificiais, guarnecidos de intencionalidade. Os fluxos ficam mais racionais e com frequência constituída de razão técnica. A preocupação do autor consiste em definir um sistema de conceitos capaz de colaborar com a avaliação das relações entre a totalidade e as partes somada às respectivas interações entre elas. Moreira (2007) destaca o papel exercido pela

fluidez em processos de estruturação regional. Para o autor, a geografia precisa considerar mais os movimentos da distribuição do que a localização dos processos.

Santos (1999) reconhece que, ao lado de processos espaciais articulados em zona, existe uma constelação de centros descontínuos e interligados, que estabelecem um espaço formado por fluxos reguladores. Essas novas subdivisões espaciais promovem a elaboração de novas categorias analíticas. Logo, as conexões geográficas tornam-se, assim, uma categoria analítica que pressupõe distintos níveis de ligação entre centros, o que promove a interpretação das estruturações regionais tanto em uma perspectiva zonal quanto em uma abordagem reticular. Ao considerar a transformação das articulações espaciais e escalas de atuação dos agentes sociais, as conexões geográficas apresentam um importante contributo, visto que possuem uma dupla relação com a configuração espacial regional. As conexões geográficas internamente abrangem processos e fluxos de diversas escalas, isto é, solidariedades organizacionais, que dão “coesão organizacional” às regiões. A relação entre formas, funções e associações espaciais estabelecem articulações entre os lugares e os sujeitos sociais e, desse conjunto de articulações, originam-se configurações regionais. A região funciona como um campo de mediações referentes aos lugares funcionais do todo, que desempenham o intermédio entre os fluxos dos sujeitos sociais integrados à globalização econômica e as especificidades dos lugares (Santos, 1999).

O nível de conexões dos lugares, que se manifestam pela mobilidade de mercadorias, pessoas, informações, capitais, resulta-se, em certa medida, pela existência de redes, inclusive a rede urbana. As redes são elementos que proporcionam as conexões geográficas, ao passo que os centros urbanos concentram a capacidade de realização dessas interações (Soares, 2020). Dias (2012) assinala que a primeira propriedade das redes corresponde a conexidade, isto é, a capacidade de estabelecimento de ligações, já que os “nós” das redes, o que abrange as centralidades, correspondem aos *locus* das conexões. Raffestin (1993) considera que as centralidades regionais apresentam duas faces: “topos” e “tensão” e a partir dessa metáfora, o autor define as centralidades como lugares de concentração e articulação do poder, que articulam os fluxos de polarização em áreas de influência.

Os fluxos populacionais colocam em evidência as articulações dos lugares, além de possibilitar a avaliação de processos de reestruturações regionais. A associação entre a polarização desempenhada pelos centros regionais, os vários tipos de mobilidade e as

direções dos deslocamentos populacionais equivalem a indicadores de interações espaciais (Wunsh e Termote, 1978). As formas de organização regional experimentam modificações que impõem desafios à análise do processo de produção espacial. A interpretação dos movimentos, fluxos e articulações espaciais revela-se como uma possibilidade para a análise regional. As conexões geográficas elucidam os fluxos entre os lugares, o que propicia a identificação de padrões espaciais dos agentes sociais (Soares, 2020).

Becker (1997) reitera que a circulação de grupos humanos constitui objeto de estudo da geografia desde as invasões dos povos bárbaros asiáticos até os migrantes contemporâneos. Desse modo, o homem se põe em movimento seja pela hegemonia do território; por motivações de perseguições étnicas; para adquirir novas terras em outro local; por almejar melhores oportunidades de trabalho; ou simplesmente por ser nômade. Ainda conforme Becker (1997), a mobilidade perpassa por múltiplas dinâmicas populacionais, escalas diferentes, condição econômica dos indivíduos, infraestrutura das vias de acesso, circulação entre cidades e economia local e regional, que resultam em padrões de mobilidade que se identificam como: diária, semanal, quinzenal, mensal ou sazonal. Esses elementos permitem compreender a condição socioespacial da população que pratica a mobilidade, seja essa incentivada pela falta de acesso ou pela insuficiência de meios técnicos e financeiros. Os deslocamentos populacionais se originam por diferentes motivos, dentre os quais se sobressaem os de cunho econômico, que configuram como os mais significativos, além dos aspectos sociais e políticos. Para Rocha (1998):

Mobilidade quer dizer “a capacidade dos corpos se deslocarem”. Está relacionada com os corpos físicos, onde claro, estão incluídos os corpos humanos. A complexidade dos movimentos destes corpos se dá devido a inúmeras mediações para o seu deslocamento, além das escalas diferenciadas de manifestação. O porquê de um indivíduo se deslocar está relacionado a vários aspectos: de ordem política, social, afetiva, moral etc. Estes aspectos se interagem construindo para cada indivíduo um perfil desses fatores (Rocha, 1998, p. 58).

Os tipos de mobilidade espacial da população, mobilidade migratória e pendular, denotam distintas conexões geográficas e interações entre locais (Soares, 2020). Em várias circunstâncias, os fluxos populacionais entre as localidades constituem-se como pré-requisitos para a constituição de redes geográficas (Matos, 2005). A partir da mobilidade populacional, extraem-se os elementos das reestruturações regionais e transformações de

hierarquia entre centros urbanos. Os novos fluxos ou a diminuição de certos movimentos integram as análises sobre forma, função e constituição das regiões. Os estudos a respeito das transformações do padrão migratório brasileiro e a intensificação dos deslocamentos pendulares confirmam a complexificação das aglomerações urbanas e os respectivos reordenamentos regionais. Baeninger e Ojima (2008) pontuam que há modificações relacionadas à urbanização e distribuição espacial da população. Os autores revelam que o surgimento de novas territorialidades caracteriza uma desconcentração polarizada.

Quanto às teorias acerca das migrações, dividem-se as análises sobre mobilidade espacial em duas abordagens: a abordagem neoclássica-funcionalista e a abordagem histórico-estruturalista. A mobilidade espacial neoclássica caracteriza-se pelos fatores pessoais daqueles que migram e desconsideração da complexidade social. Ravenstein (1980), um dos precursores dessa corrente, demonstra em estudos que se referem à migração interna inglesa, durante o final do século XIX, a associação entre as atividades econômicas e os deslocamentos espaciais da população. Ravenstein (1980), ao focalizar o indivíduo, desconsidera as estruturas históricas e o contexto socioeconômico como fatores de migração, todavia entende a distância; a migração por etapas; a conformação de correntes e contracorrentes; a predominância da migração feminina; e a tendência migratória em gerar deslocamentos consecutivos a partir de áreas próximas a uma centralidade industrial ou comercial, como sendo responsáveis pela seleção positiva dos migrantes. Conforme o autor, uma das principais causas dos fluxos populacionais constitui a oferta de mão-de-obra em centros industriais, que influenciam a distribuição de indivíduos entre as regiões.

Lee (1980) declara que a decisão de migrar torna-se seletiva quando se vincula a uma decisão racional entre os fatores positivos e negativos, o que envolve a existência de lugares de origem, lugares de destino e uma série de obstáculos intervenientes. Assim, a decisão pela migração não se compreende como completamente racional, já que os contatos pessoais e os sistemas de informação, aos quais os migrantes recebem acesso, influenciam as decisões daqueles que optam pela migração. Todaro (1969) concebe o migrante como um indivíduo racional que decide migrar a partir de um ordenamento hierárquico de preferências e de um cálculo de custos e benefícios do lugar selecionado, tendo uma expectativa de retorno positivo geralmente monetário. Em síntese, a abordagem neoclássica, que abarca as dimensões macro e micro, apresenta um viés economicista acerca dos

deslocamentos migratórios, o que faz com que as explicações sobre as migrações se relacionem com a transferência de indivíduos de setores tradicionais para setores modernos econômicos, em função das diferenças existentes entre os salários e do desprovimento e excedente de trabalho e capital entre as localidades (Matos, 2011).

A abordagem histórico-estruturalista, que surge a partir de 1960, estabelece uma correlação entre os fluxos migratórios e o desenvolvimento regional influenciado por mecanismos de mercado. A preocupação em compreender o fenômeno de forma global, parte do pressuposto de que o movimento migratório corresponde a um elemento de acumulação de capital, fundamental às análises histórico-estruturalistas (Nogueira, 1991). O enfoque histórico-estrutural considera a migração como um processo resultante da introdução das relações capitalistas produtivas dentro do campo e da expropriação dos trabalhadores rurais, que promovem um desemprego estrutural. Os teóricos dessa corrente tratam a mobilidade enquanto um tipo de deslocamento forçado em oposição à visão neoclássica das migrações, que as compreende como um ato de decisão pessoal. Nesse âmbito, a migração associa-se à crescente sujeição do trabalho ao capital, em que as relações e funções de diversos elementos como o mercado de terras, o mercado de trabalho, o acesso à informação e as características individuais dos migrantes interdependem dentro de um sistema, o que dificulta a análise isolada desses componentes (Santos et al., 2010).

Singer (1973) declara que a migração constitui um reflexo da estrutura e mecanismos de desenvolvimento do sistema capitalista cujo motor elementar corresponde ao acirramento das desigualdades regionais. Ao analisar a migração, o autor identifica os chamados fatores de atração e expulsão. Os primeiros referem-se à necessidade de mão-de-obra decorrente do crescimento da produção industrial e da expansão de serviços urbanos, que atuam como forças de concentração espacial. Os fatores de expulsão decompõem-se em fatores de mudanças que se originam da penetração do capitalismo em áreas rurais e do estabelecimento de um sistema poupador de mão-de-obra e fatores de estagnação que se associam à pressão demográfica sobre a disponibilidade de terras. Para o autor, as diferenças entre os locais de emigração e estagnação permitem compreender as respectivas consequências resultantes desse processo. As regiões de mudança perdem população, porém a produtividade tende a aumentar, o que promove, em princípio, uma melhoria sobre as condições de vida da população local. Em contrapartida, as áreas de estagnação passam

a apresentar deterioração da qualidade de vida, ao considerar que funcionam como viveiros de mão-de-obra para latifundiários e empresas agrícolas (Singer, 1973).

Além da abordagem neoclássica-funcionalista e histórico-estruturalista, há a abordagem familiar. Mincer (1977) reitera que os laços familiares se revelam como elementares durante a decisão de migrar e que os ganhos obtidos por toda a família, e não apenas de um indivíduo, motivam a migração. A hipótese do modelo de Mincer objetiva os ganhos obtidos pela migração em família, que devem ser maiores, caso apenas um integrante opte por migrar. Dessa maneira, as famílias tendem a migrar menos, visto que os retornos alcançados geralmente não ultrapassam os custos. O autor classifica a migração familiar em indivíduos *tied movers*, que praticam o deslocamento migratório, se associados a um familiar e se os custos da mobilidade se mostrarem favoráveis; e indivíduos *tied stayers*, que migram individualmente, contudo não em conjunto com a família, pois os custos não compensam a prática migratória. Assim, os custos e benefícios da mobilidade migratória distribuem-se igualmente entre os membros de uma família, se os benefícios se maximizam, maiores as possibilidades de ocorrer o deslocamento migratório.

Em referência à mobilidade populacional brasileira, os fluxos migratórios internos relacionam-se, em especial, aos processos de urbanização e redistribuição espacial da população, que se caracterizam pela intensiva mobilidade populacional e estabelecem-se em diferentes períodos socioeconômicos e políticos brasileiros ao longo do tempo. As transformações do processo de migração brasileira iniciam-se a partir de 1970. Apesar da centralidade migratória desempenhada pela região sudeste, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro assistem a uma diminuição da quantidade de imigrantes entre a década de 1970 e 1980. A região sudeste reduz o contingente de cerca de 5 milhões de migrantes em 1970 para 4,3 milhões entre a década de 1981 e 1991 (Baeninger, 2011).

Ao longo dos últimos cinquenta anos do século XX, as migrações internas reorganizam a população brasileira, em que as vertentes da industrialização e fronteiras agrícolas estabelecem os eixos da distribuição espacial populacional em âmbito interestadual. As análises relacionadas aos processos de distribuição espacial da população em 1970, e até mesmo durante a década de 1980, apontam o movimento de concentração migratória, com o predomínio dos fluxos para o sudeste; o processo de urbanização, com a transferência da população do campo para a cidade, quando 15,6 milhões de pessoas abandonam

as áreas rurais; além da concentração populacional mediante a metropolização. De 1980 para 1990, somado ao processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o Brasil convive com o processo de desconcentração relativo à indústria, que modifica a distribuição das atividades econômicas, especialmente, as industriais. Para esse período, averigua-se que a desconcentração industrial viabiliza os fluxos migratórios nessas direções e reverte uma população que potencialmente tende a migrar dessas áreas (Pacheco, 1998).

O movimento de retorno aos estados de nascimento contribui para o crescimento do número de estados ganhadores entre 1980 e 1990. O movimento de retorno aos estados de nascimento representa em 1970 somente 11% do total da migração nacional, proporção que dobra entre 1980 e 1990, ao alcançar 24,5% do total. Conforme Baeninger (2011), as tendências migratórias internas brasileiras em 1990 caracterizam-se, principalmente, pela diminuição de fluxos migratórios de longa distância, em particular, os que se dirigem às fronteiras agrícolas; predomínio das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal como áreas de absorção de fluxos de longa distância, que canalizam os deslocamentos do nordeste; recuperação migratória de “espaços perdedores”, especialmente, dos estados nordestinos; e consolidação de polos de absorção migratória em contexto inter-regional e intra-regional, com o aumento dos estados que tornam-se “ganhadores” de população, mesmo que esses ganhos restringem-se a conjunturas regionais específicas.

Em 2000, verifica-se o descolamento da relação migração-industrialização; migração-ocupação de fronteira agrícola; migração-desconcentração industrial; migração-emprego; migração-mobilidade social em um contexto atual da economia e reestruturação produtiva. Essa configuração produtiva em âmbito nacional e internacional estabelece-se como o pano-de-fundo do dinamismo atual das migrações internas brasileiras, em que os fluxos mais significativos e de longa distância constituem-se de idas-e-vindas, refluxos e reemigração. Dessa maneira, a migração assume um caráter mais reversível em relação às décadas anteriores, em que as explicações migratórias se relacionam à capacidade atrativa do destino migratório. A reversibilidade das migrações internas relaciona-se às áreas de origem e às áreas de destino, com o aumento da migração de retorno (Baeninger, 2011).

O contexto migratório do século presente contém dois vetores redistributivos nacionais. O primeiro caracteriza-se pela “dispersão migratória metropolitana”, que em nível nacional identifica-se pelos intensos volumes de migrantes de retorno interestaduais

que partem do sudeste para o nordeste. Em uma perspectiva intraestadual, essa tendência se evidencia com a conformação de deslocamentos migratórios metrópole-interior. O segundo vetor concerne à “interiorização migratória”, com trajetórias migratórias de mais curtas distâncias, que abrangem aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, definidas a partir uma maior retenção de migrantes em estados e regiões demográficas. Os movimentos migratórios realizados durante o século XXI redefinem os respectivos polos, ao configurar mais áreas de retenção migratória do que aquelas de tendência polarizadora de longa permanência. Essas alterações, que decorrem de transformações ocorridas dentro do cenário econômico internacional e nacional, geram efeitos políticos e socioeconômicos e influenciam a decisão de migrar, e num contexto mais atual, a decisão de permanecer ou não em um estado brasileiro (Baeninger, 2011).

Nesse âmbito, compreende-se que o Brasil presencia, durante as últimas décadas, um processo de mudanças estruturais de longa duração, que se caracteriza pelo adensamento do sistema urbano responsável pelo estreitamento das relações de dependência e complementaridade dentro da rede urbana brasileira e pelas localizações alternativas para investimentos socioeconômicos e para novos níveis de especialização, para além do eixo sul-sudeste (Lobo, 2009). Conforme Corrêa (2006), a reestruturação atual da rede urbana brasileira contém pontos importantes, como, por exemplo, maior complexidade funcional e diferenciação regional; diversificadas interações espaciais de longa e pequena distância; novos padrões de redes mais complexas; bem como modernas formas de urbanização. As cidades médias dinâmicas revelam-se como fundamentais para o delineamento de novas espacialidades, visto que contam com atributos que favorecem o desenvolvimento de polos tecnológicos que atraem migrantes de grandes metrópoles. Dessa forma, as migrações internas tornam-se essenciais para a compreender o dinamismo dessas cidades, ao considerar que o crescimento vegetativo populacional constitui um processo mais regular do que as flutuações dos fluxos migratórios (Amorim Filho e Rigotti, 2002).

Em relação aos movimentos pendulares, Jardim (2007) declara que esses relacionam-se aos movimentos populacionais sobre o território, em um determinado contexto e tempo socialmente constituído, e à medida em que acontecem as modificações organizacionais econômicas e sociais, adquirem especificidades e finalidades. Nesse sentido, não devem desvincular-se dos estudos de urbanização, que não se separam da mudança social

e do desenvolvimento econômico. O debate sobre os deslocamentos pendulares relaciona-se ao trabalho, porém, em função da ampliação de ofertas de vagas em instituições superiores e a partir dos programas federais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a dinâmica educacional torna-se cada vez mais presente em estudos sobre a mobilidade pendular. Os fluxos pendulares correspondem aos deslocamentos periódicos dos indivíduos para realizarem ações cotidianas, como trabalho, estudo e lazer. Em conformidade com Oliveira (2011), os deslocamentos pendulares se mostram mais acentuados e complexos, ao interferirem em dinâmicas que se estabelecem regionalmente. Dentre os fatores que se consideram como fundamentais para a efetivação da mobilidade populacional, mencionam-se o avanço dos meios de transportes e a descentralização das atividades socioeconômicas.

Os deslocamentos pendulares atuam frequentemente como alternativa à migração, o que retém a população potencialmente migrante. Diante das alternativas de migrar ou da possibilidade de executar o deslocamento pendular, facilitado por circunstâncias favoráveis, como condições de infraestrutura, acesso aos meios de transportes e custos aceitáveis de deslocamento, os indivíduos optam por comutar, o que diminui os fluxos migratórios (Baeninger, 1996). As interações espaciais correspondem a um conjunto de deslocamentos de indivíduos, capitais, mercadorias e informações sobre o espaço geográfico que apresentam maior ou menor intensidade, alteram-se com a frequência de ocorrência, distância e direção, caracterizam-se por diferentes motivações e se realizam por meio de vários meios e velocidades (Côrrea, 1997). A mobilidade pendular compreende o movimento efetuado por um conjunto de indivíduos que se deslocam entre uma unidade espacial onde se localiza o domicílio de residência e outra em que trabalha e/ou estuda. Essas unidades espaciais normalmente incluem cidades próximas ou circunvizinhas, o que requer, assim, deslocamentos de curta distância. De acordo com Aranha (2005):

Do ponto de vista demográfico, os deslocamentos pendulares modificam provisoriamente o volume populacional do município e aumentam ou diminuem seu tamanho dependendo das características de cada área. Assim, se o município for mais concentrador ou mais dispersor, os deslocamentos podem gerar maior ou menor demanda por serviços ou bens ou aumentar sua oferta para a população residente (Aranha, 2005, p. 96).

Beaujeu-Garnier (1980) nomeia os movimentos pendulares de “migrações oscilatórias” que, se possui duração prolongada, denominam-se de migrações de temporada, à medida que os deslocamentos de curto período se intitulam de cotidianos e os indivíduos que os realizam, migrantes diários. Segundo a autora, esses movimentos aumentam constantemente em número e distância, devido à melhoria dos sistemas de transporte responsável pela ampliação da distância do *commuting*, sendo essa uma das razões para o crescimento dos movimentos pendulares. A expansão e o avanço dos sistemas de transportes permitem a ampliação das distâncias percorridas pela população. Dupuy (1995) aponta a relação direta dos meios de transportes com o deslocamento populacional, ao destacar o "sistema automóvel" como um dos responsáveis pela diversidade dos fluxos cotidianos.

Conforme Castello Branco et al. (2005), os fluxos pendulares retratam, em grande parte, a mobilidade da força de trabalho e daqueles em atividade escolar, tradicionalmente consideradas variáveis que definem o nível de polarização e influência regional. Ainda que seja conceitualmente diferente dos deslocamentos migratórios, a mobilidade pendular apresenta reflexos e efeitos parecidos demograficamente, visto que a unidade espacial de referência experimenta um crescimento demográfico temporário importante ao longo do dia. O IBGE (2001) define deslocamento pendular como aquele que um indivíduo realiza entre o local de residência e de trabalho ou estudo, quando esses se encontram em municípios distintos. A operacionalização efetuada pelo IBGE não especifica a frequência desses movimentos, além de desconsiderar o transporte utilizado, a distância percorrida e o custo monetário daqueles que os exercem periodicamente.

A reorganização da rede de cidades, os novos polos regionais e a modificação das direções dos movimentos migratórios alteram a mobilidade diária da população em municípios do interior dos estados (Soares, 2020). Barufi (2014) salienta que as transformações da mobilidade populacional se influenciam pela expansão da oferta e redistribuição espacial do ensino superior. Porém, não se trata apenas de modificações sobre os fluxos populacionais, mas de reestruturações dentro das configurações do espaço regional. As direções e características dos fluxos indicam a presença de novos polos regionais e transformações das interações das localidades em áreas metropolitanas e dentro do interior dos estados brasileiros. A partir da mobilidade espacial populacional, compreende-se as áreas de influência exercidas pelas centralidades em relação à oferta do ensino superior.

2 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA OFERTA DO ENSINO SUPERIOR

O fomento à expansão das instituições superiores, a implantação de novos *campi*, bem como a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constituem meios que diminuem as assimetrias regionais e ampliam o acesso ao ensino superior. O crescimento quantitativo caracteriza-se pelo aumento do número de vagas em instituições superiores já consolidadas, acréscimo de vagas e fundação de novos *campi* e cursos em instituições de ensino superior existentes, além do estabelecimento de novas instituições. Ademais, verifica-se uma redistribuição geográfica da oferta da educação superior a partir da interiorização das instituições educacionais para as regiões mais distantes dos grandes centros econômicos e da implementação de novas unidades em mesorregiões dos estados brasileiros. As políticas focais, como cotas e seleções que atendem os grupos sociais especiais e os mecanismos de avaliação para ingresso promovem o crescimento da educação superior (Marques e Cepêda, 2012). Desse modo, apresenta-se a contextualização do processo de expansão da educação superior brasileira, a ampliação da oferta do ensino superior em Minas Gerais e São João del-Rei, bem como o recorte espacial, a base de dados e os procedimentos metodológicos utilizados para a análise da mobilidade populacional.

2.1 Caracterização da expansão do ensino superior brasileiro e de Minas Gerais.

A flexibilização da oferta da educação superior constitui um conjunto de mudanças referentes à regulação de políticas públicas empreendida pelo governo nacional desde 1996 e aos modos de atuação das instituições superiores públicas e privadas. A autonomia para o estabelecimento da oferta do ensino superior, associada aos subsídios e financiamento estatal e a uma política de reestruturação e interiorização do ensino superior determina modificações dentro da distribuição geográfica das instituições superiores (Soares, 2020). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, permite a expansão e flexibilização da educação superior brasileira. O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela lei nº 10.172/2001, apresenta-se como uma política estatal, em que o crescimento da oferta do ensino superior representa uma estratégia para

o desenvolvimento do país. Ao analisar o atendimento das metas do PNE/2001, como o oferecimento do ensino superior para, pelo menos, 30% da população entre a faixa etária de 18 a 24 anos, Dourado (2011) afirma que o plano se configura como um planejamento meramente formal, já que a não execução de mecanismos concretos de financiamento faz com que as metas não se concretizem como esperado.

A expansão de matrículas em cursos de ensino superior aumenta expressivamente a partir dos anos 2000, porém, torna-se mais acentuada em instituições particulares. Bianchetti e Sguissardi (2017) pontuam que juntamente com o processo de expansão, o ensino superior vivencia um processo de mercantilização. Assim, para compreender o resultado desse processo tanto em instituições superiores públicas quanto privadas, ressaltam-se os seguintes programas e políticas públicas: ampliação do FIES e constituição do PROUNI, da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do Reuni. Segundo Almeida (2019), os dois primeiros programas promovem o crescimento das instituições privadas e os dois últimos expandem o sistema federal de educação superior. Kowalski (2012) salienta que tais mudanças oportunizam o acesso ao ensino superior daqueles estudantes que não dispõem de condições de se deslocar para os grandes centros urbanos.

A expansão por meio da interiorização das universidades públicas gera um acréscimo discente, promove a diversificação dos perfis e possibilita o acesso de jovens que vivem em zonas rurais bastante afastadas dos centros urbanos ou ainda em outros estados. Grande parte desses perfis de alunos, segundo um dos entrevistados [...] traz consigo grande dificuldade socioeconômica, que repercute diretamente na manutenção deles na instituição chegando ao ponto de evadirem devido aos diversos obstáculos encontradas durante o período da vida acadêmica (Kowalski, 2012, p. 60-61).

O primeiro programa brasileiro de incentivo ao acesso dos estudantes à educação superior constitui o Programa de Crédito Educativo (CREDUC), fundado em 1975 e revogado em 1998, sendo substituído pelo FIES em 1999, que se torna lei em 2001. O FIES trata-se da oferta de financiamento público do ensino superior para estudantes matriculados em instituições superiores privadas, em que o governo assume os gastos com matrículas e mensalidades dos discentes durante a graduação. O programa se promove em 2010 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e possui a Caixa Econômica Federal como agente financeiro, o que viabiliza o ingresso de novos estudantes, com

juros menores e financiamento de até 100% dos encargos educacionais (Almeida, 2019). Santos e Guimarães-Iosif (2017) alegam que o FIES representa uma ferramenta de captação e permanência de discentes em instituições superiores relativa às demandas da rede privada e, por consequência, à consolidação dos grupos privado-mercantis que instauram conglomerados dentro do ensino superior particular. A partir dos primeiros governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o poder público adota algumas políticas que promovem o acesso e permanência de estudantes que se encontram excluídos pela origem étnica ou *status* socioeconômico que, em uma política de igualdade de oportunidades, não podem limitar o acesso ao ensino superior (Rossetto e Gonçalves, 2015).

Em 2005, a implantação do PROUNI, através da lei nº 11.096/2005, possui como finalidade conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação em instituições superiores privadas e, em contrapartida, o governo brasileiro oferece isenção de tributos às instituições de ensino superior que aderem ao programa. Almeida (2019) atribui críticas ao programa, principalmente, aos interesses mercadológicos envolvidos, como a possibilidade de preencherem-se as vagas ociosas dentro da rede privada, para conter a pressão das instituições particulares para resolver a situação financeira diante de um quadro de inadimplência e evasão de alunos. O PROUNI se consolida como uma ferramenta de transferência de recursos, fundamental para a sobrevivência de diversas instituições superiores privadas e evidencia que a disputa e apropriação do fundo público pela iniciativa privada integram a dinâmica de reprodução do atual contexto da sociedade capitalista, que funciona como mecanismo de valorização do capital.

A evolução do processo de expansão do ensino superior a distância (EaD) se constituiu de forma diferenciada durante os anos em instituições públicas e privadas. Em 2000, verificam-se 1.682 matrículas, todas em rede pública. A partir dos anos 2002-2003, o setor privado participa do oferecimento da modalidade EaD, de modo que em 2005, existe uma tendência de inversão dessa situação, com a superação do número de matriculados, cursos e oferta de vagas da iniciativa privada em relação à rede pública. O ensino a distância se institui em um contexto de políticas públicas educacionais, como possibilidade de aumentar o quadro de matrículas por meio do rápido crescimento de vagas em cursos superiores, já que as limitações físicas e estruturais se tornam menos relevantes, ao considerar que a maior parte do processo de ensino-aprendizagem acontece em espaços escolhidos pelos

estudantes para desenvolverem os respectivos cursos. Em referência à ampliação do ensino superior a distância brasileiro, menciona-se a criação da UAB, que possibilita a ampliação da oferta de vagas em modalidade EaD para esse nível de ensino. A UAB, que se instaura mediante o decreto nº 5.800, de 2006, compreende-se como um sistema direcionado para o desenvolvimento da modalidade de ensino a distância, que tem como finalidade estender e interiorizar o oferecimento de cursos e programas superiores.

Entre os anos de 2003 e 2014, uma série de eventos afetam diretamente a distribuição e o nível de instituições, cursos e matrículas de ensino superior. A democratização do acesso ao ensino superior visa reverter um quadro historicamente controverso, caracterizado pelo processo de elitização do acesso aos estabelecimentos superiores. A primeira fase (2003-2006) identifica-se pela instituição do Reuni com o objetivo reduzir as assimetrias regionais e estimular o desenvolvimento brasileiro. O governo federal define alguns critérios, prioridades e necessidades, como as vocações regionais e políticas públicas em desenvolvimento; promoção ao desenvolvimento com redução das desigualdades regionais; população da mesorregião atendida; polos da UAB; índices de desenvolvimento econômico e social; taxa da oferta de vagas em estabelecimentos superiores da rede pública e privada (estadual, federal e técnico) em mesorregiões; áreas de formação considerada prioritária (formação de professores, saúde e tecnologia); cursos em áreas de conhecimento existentes dentro da instituição superior; cursos novos em área de conhecimento de ações fundamentais; e ampliação do oferecimento de educação superior pública principalmente em cursos realizados em períodos noturnos (BRASIL, 2015).

A segunda fase (2007-2012), marcada pela reestruturação e ampliação do Reuni, enfatiza a integração regional e internacional, com foco em processos de integração regional e internacionalização da educação. O Reuni estabelece-se como uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o que demonstra o quanto o governo federal passa a reconhecer o papel elementar das universidades para o desenvolvimento socioeconômico. O programa prevê, como forma de ampliar o número de vagas, dentre outras ações, o estabelecimento de novos *campi* em instituições já existentes, além de favorecer a implantação de novas universidades em todo o país, o que permite a expansão e interiorização das instituições federais superiores. E, por fim, a terceira e última fase (2012-2014), que tem como base principal a concepção de desenvolvimento regional

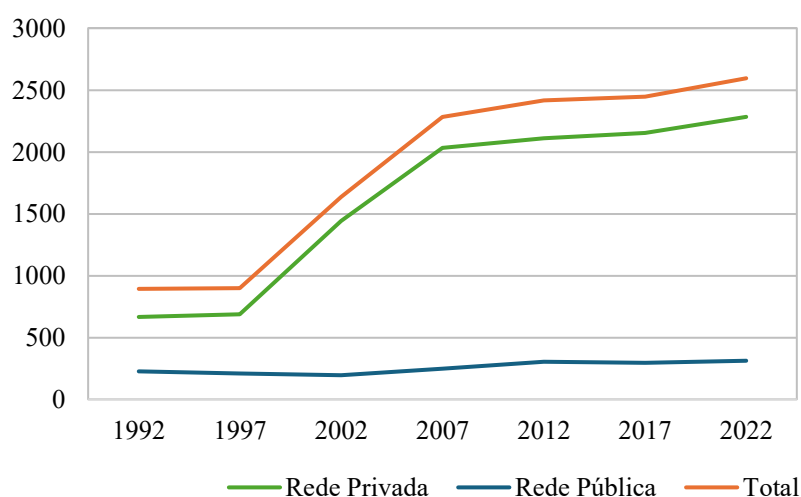
e programas especiais, caracteriza-se pela continuidade de programas existentes e de políticas específicas de desenvolvimento regional. Ao final das três fases de expansão, observa-se que a região nordeste recebe o maior contingente de instituições superiores entre 2003 e 2014 (17 novos *campi*). O aumento em maior escala nessa região ocorre devido à assimetria da oferta de ensino superior existente entre o nordeste e as demais regiões brasileiras. A interiorização busca priorizar o deslocamento das instituições superiores federais para localidades que apresentam menor cobertura (BRASIL, 2015).

O Reuni corresponde a uma ponte entre as diretrizes inclusivas pactuadas a partir da Constituição de 1988, sendo estabelecido pelo decreto presidencial nº 6.096, de 2007, que objetiva criar condições para aumentar o acesso e permanência em instituições superiores, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos das instituições federais. Ademais, evidencia uma tentativa de expansão através de políticas concernentes ao setor superior público a partir das seguintes diretrizes: redução das taxas de evasão, ocupação de vagas não preenchidas e ampliação de vagas de ingresso, sobretudo, em período noturno; aumento da mobilidade estudantil, através da implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que promovam a constituição de itinerários formativos, com o emprego de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; revisão da estrutura acadêmica, com reestruturação dos cursos de graduação e incremento de metodologias de ensino-aprendizagem; diversificação das modalidades de graduação não orientadas à profissionalização especializada; aumento de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação e do ensino superior com o básico (Marques e Cêpeda, 2012).

A expansão mediante o Reuni se realiza em quatro mecanismos de crescimento: uma expansão quantitativa observada pelo crescimento de vagas, tanto em instituições de educação superior já consolidadas como em novas instituições e fundação de novos *campi* e cursos; uma expansão geográfica por meio da interiorização das instituições superiores para lugares que apresentam menor desenvolvimento, inclusive com a fundação de novas unidades em mesorregiões; uma ampliação do acesso por meio de políticas focais, cotas, reserva de vagas e seleção privilegiada de grupos sociais especiais e novas formas de avaliação e seleção para ingresso, como SISU e ENEM; e um aumento de funções relacionadas ao desenvolvimento local com incentivo a Arranjos Produtivos Locais (APL),

sustentabilidade, geração de autonomia, consciência identitária e sujeitos políticos (Marques e Cepêda, 2012). O número total de instituições de ensino superior brasileiras salta de 893 em 1992 para 2.595 em 2022 (INEP/2022), o que representa um aumento de 290%. Desse total, 2.283 correspondem a instituições superiores da rede particular e 312 a instituições superiores que compreendem à rede pública (Gráfico 1).

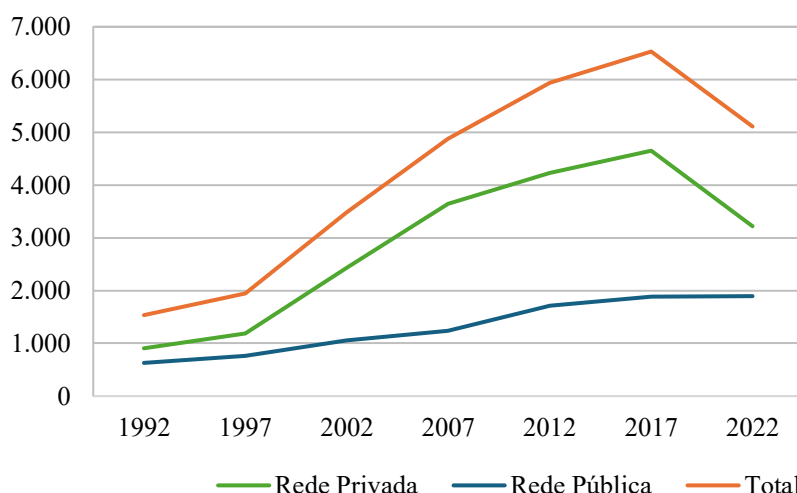
Gráfico 1. Evolução do número de instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras entre o período de 1992 e 2022.



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP).

Os dados do Censo da Educação Superior elucidam que das 9.442.000 matrículas efetuadas em instituições de educação superior em 2022, 7.366.000 realizam-se em instituições privadas, que totaliza 78%, enquanto em instituições públicas, o número de matrículas equivale a 22%, o que corresponde a 2.076.000 discentes. Em 2022, as matrículas, comparadas ao ano de 2021, aumentam 10% em redes privadas e reduzem 0,9% em redes públicas (INEP/2022). O número de estudantes matriculados em cursos presenciais em 1992 equivale a 1.535.000, sendo 906.000 oriundos de instituições públicas e 629.000 de instituições privadas. Em relação aos dados de 2022, esses mostram que 54% das matrículas em instituições superiores provêm de cursos presenciais, o que constitui uma queda de 10 pontos percentuais de 2020 para 2022, conferida à pandemia de Covid-19. Em 2022, o número de matrículas em cursos presenciais do setor privado corresponde a 3.218.000, enquanto em instituições públicas, o número total atinge 1.894.000 (Gráfico 2).

Gráfico 2. Evolução do número de matrículas em cursos presenciais de instituições superiores brasileiras entre 1992 e 2022 (em milhares).



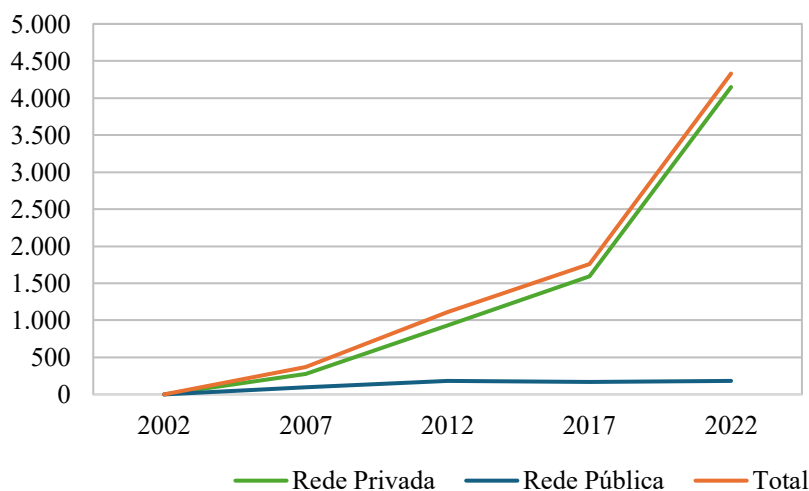
Fonte: Elaborado com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP).

Em 2002, o Brasil contém 40.600 matriculados em cursos EaD, que aumenta, em 2022, para 4.330.000 estudantes matriculados, sendo desse total, 95% resultante do setor privado e 5% do setor público (Gráfico 3). Em 2015, a crise financeira somada a política de austeridade fiscal, sancionada por meio da emenda constitucional nº 95/2016, provoca impactos em todos os setores econômicos, o que abarca o ensino superior, que sofre com o processo gradual de redução da oferta do FIES. Assim, os grupos empresariais do setor educacional pressionam o poder público para promover mudanças normativas que favoreçam a oferta de cursos em modalidade a distância². A partir de 2015, com a diminuição de fontes públicas estatais de financiamento estudantil, a continuidade do crescimento e, portanto, a manutenção dos resultados financeiros das instituições educacionais, realiza-se mediante a ampliação da captação de estudantes em cursos de EaD, com mensalidades sensivelmente mais acessíveis. Ademais, ressalta-se que a pandemia de Covid-19, ao motivar medidas de isolamento ou distanciamento social e o avanço das tecnologias digitais

² Em 2017, um conjunto de políticas públicas direcionadas à educação superior fomenta a expansão substancial da oferta de cursos em modalidade EaD. Com efeito, durante o governo do Presidente Michel Temer edita-se o decreto nº 9.057/2017, que traz um novo marco regulatório para o setor, com substanciais mudanças legislativas em processos autorizativos e avaliativos de cursos e polos de apoio. Entre as medidas, o decreto dá autorização para as instituições superiores credenciadas em modalidade EaD, com prerrogativa de autonomia, ofertarem cursos independentemente de autorização, devendo apenas informar a criação do curso ao Ministério para fins de supervisão, avaliação e reconhecimento (Scudeler e Tassoni, 2023).

impulsionam a expansão da modalidade a distância a partir de 2020. De 2019 para 2020, a queda do número de estudantes matriculados em modalidade presencial corresponde a 9,4%, com um decréscimo ainda mais acentuado dentro do setor privado, 10,8%.

Gráfico 3. Evolução do número de matrículas em cursos de ensino a distância de instituições de ensino superior brasileiras entre 2002 e 2022 (em milhares).

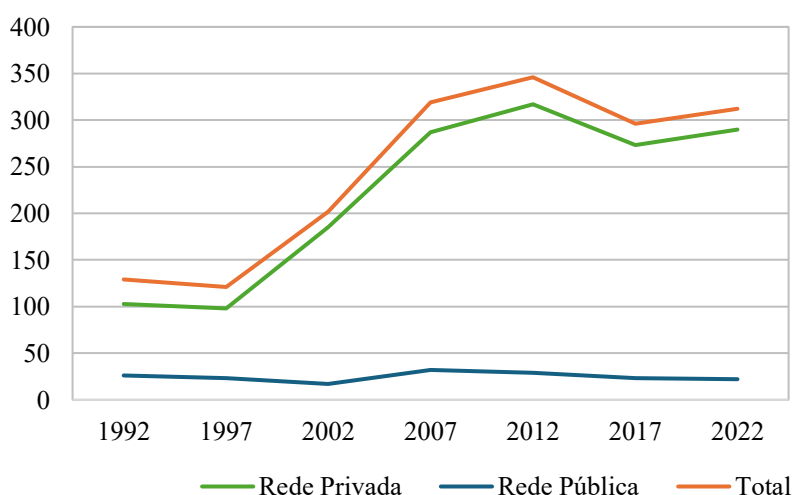


Fonte: Elaborado com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP).

Com o processo de flexibilização da oferta do ensino superior, Minas Gerais recebe o maior número de novas universidades federais, sendo três novos estabelecimentos de ensino superior fundados em 2005: a Universidade Federal do Alfenas, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, além da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Além disso, nesse período de expansão da oferta do ensino superior, Minas Gerais corresponde a segunda unidade da federação que mais adquire novos *campi*, com a criação de dezesseis unidades entre o período de 2005 e 2014, todas localizadas em cidades do interior. Ademais, o IF Sudeste MG constitui-se de dez unidades distribuídas pelo estado: *Campus Barbacena*, *Campus Juiz de Fora*, *Campus Manhuaçu*, *Campus Muriaé*, *Campus Rio Pomba*, *Campus Santos Dumont*, *Campus São João del-Rei*, *Campus Avançado Bom Sucesso*, *Campus Avançado Cataguases* e *Campus Avançado Ubá*, que ofertam o ensino superior. A maior facilidade para a implementação de novas instituições e cursos faz com que os estabelecimentos superiores privados sigam a tendência de crescimento e desconcentração da oferta da educação superior. O número total de instituições superiores

em Minas Gerais salta de 129, sendo 103 privadas e 29 públicas em 1992, para 312, das quais 290 compreendem à rede privada e 22 à rede pública em 2022 (Gráfico 4).

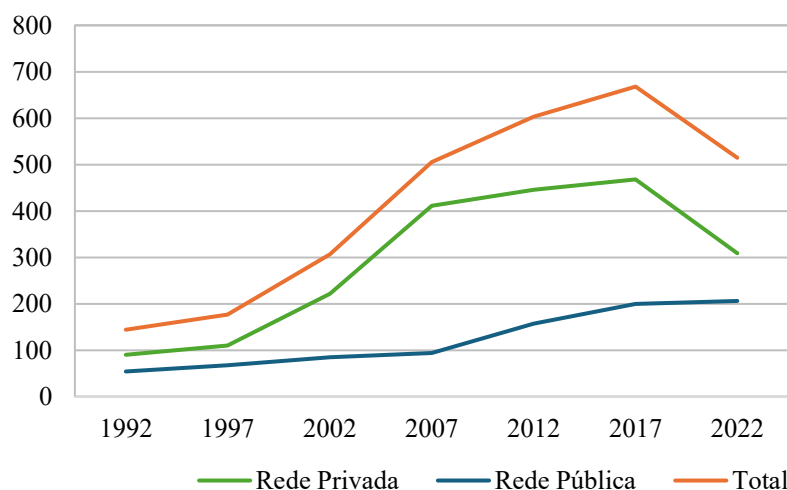
Gráfico 4. Evolução do número de instituições de educação superior públicas e privadas em Minas Gerais entre o período de 1992 e 2022.



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP).

Em relação à distribuição espacial das instituições de ensino superior federais mineiras, constata-se a existência de duas instituições pertencentes à Região Metropolitana de Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); duas que integram ao Campo das Vertentes: Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e Universidade Federal de Lavras (UFLA); duas situadas dentro da Zona da Mata: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal de Viçosa (UFV); e uma que compreende o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Em referência ao número de matrículas em cursos de ensino superior, Minas Gerais, com 911.000 estudantes matriculados, registra, em 2022, um aumento de 4% em comparação com 2021. Com o decréscimo de 17% dos matriculados em cursos presenciais em 2022, quando comparadas com 2017, o setor privado educacional diminui a representatividade, visto que concentra 44 % dos discentes da modalidade. Em 1992, os números de matrículas em cursos presenciais de instituições privadas e públicas atingem a 90.000 e 54.000, respectivamente, que sobem para 309.000 em instituições privadas e 206.000 em instituições públicas em 2022 (Gráfico 5).

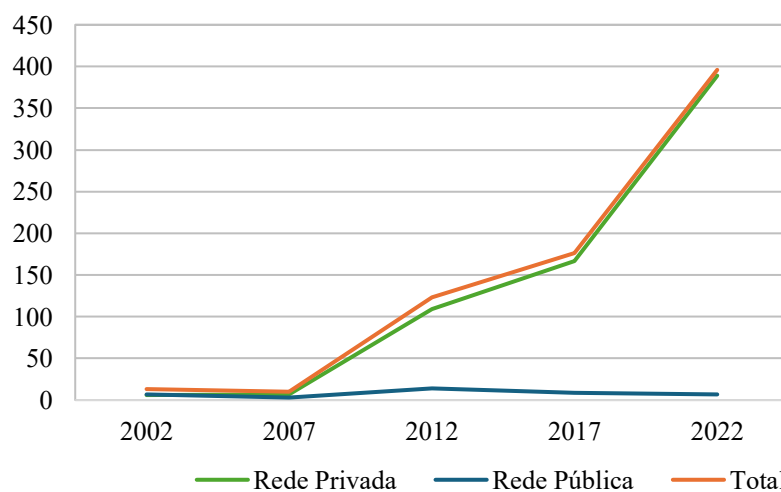
Gráfico 5. Evolução do número de matrículas em cursos presenciais de instituições superiores de Minas Gerais entre 1992 e 2022 (em milhares).



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP).

Os discentes matriculados em modalidade EaD crescem de 7.000 e 6.000 em 2002 para 389.000 e 7.000 matriculados em 2022, dentro do setor privado e público, de modo respectivo. A rede privada domina a modalidade EaD, sendo 98% dos discentes provenientes de instituições privadas. Em 2022, as matrículas em cursos EaD crescem 137% em redes privadas e reduzem 22% em redes públicas, em relação ao ano de 2017 (Gráfico 6).

Gráfico 6. Evolução do número de matrículas em cursos de ensino a distância de instituições superiores de Minas Gerais entre 2002 e 2022 (em milhares).



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP).

A recente expansão e interiorização do ensino superior promove mudanças locais dos estabelecimentos de educação superior. Os centros urbanos absorvem e reproduzem esse processo, ao modificar os níveis de centralidade dos lugares quanto ao oferecimento da educação superior. Soares e Lobo (2018), ao analisar os padrões espaciais da oferta da educação superior, propõem a criação do Índice de Centralidade Regional (ICR), aplicado para os municípios do interior de Minas Gerais. A análise dos níveis de centralidade relacionados à oferta do ensino superior sucede em uma hierarquia de cidades. Esse índice concebe-se pelo número de matrículas e cursos e pela capacidade de absorver indivíduos com ensino médio completo do próprio município e de outras cidades. Os cinco principais centros regionais, que pertencem ao primeiro nível hierárquico, correspondem aos municípios de Uberlândia, Juiz de Fora, Uberaba, Viçosa e Montes Claros. Para além dos centros regionais, os autores identificam vinte e dois municípios pertencentes à classe de centralidade alta; sessenta e oito, que integram à classe média; setenta e cinco correspondentes à classe baixa; e quarenta e sete que compreendem a muito baixa.

Segundo Soares (2020), os cinco principais centros regionais se destacam, sobretudo, em variáveis de volume: quantidade de cursos e total de matrículas. Além disso, os municípios de pequeno porte, quando possuem instituições superiores, tendem a exercer uma polarização relativamente maior sobre os municípios vizinhos. A partir da análise da distribuição espacial dos centros regionais mineiros, sobressaem-se duas mesorregiões: o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e a Zona da Mata, que dispõem de quatro centralidades classificadas como polarização muito alta. As mesorregiões com poucos centros regionais de maior capacidade de polarização, como o Campo das Vertentes, Noroeste de Minas e Vale do Mucuri, apresentam um crescimento da educação superior concentrado em determinadas localidades nessas áreas. Soares (2020) levanta a hipótese que esse tipo de dinâmica espacial se associa à existência de instituições superiores federais dentro do Campo das Vertentes (Lavras e São João del-Rei) e à falta de dinamismo econômico em municípios que pertencem ao Noroeste de Minas e Vale do Mucuri. Ao observar a tabela 1, verifica-se, em 2022, que o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e a Zona da Mata contêm o maior número de matrículas em cursos superiores e que o Campo das Vertentes representa a única mesorregião, em que o número de estudantes matriculados em instituições superiores públicas supera o de matriculados em instituições privadas.

Tabela 1. Número de matrículas em cursos de ensino superior presenciais e a distância por mesorregião de Minas Gerais, seja em instituição de ensino superior privada ou pública (2022).

Mesorregião:	Municípios:	Matrículas:		
		Rede Privada:	Rede Pública:	Total:
Campo das Vertentes	36	18.618	19.087	37.705
Central Mineira	30	13.116	852	13.968
Jequitinhonha	51	13.184	7.021	20.205
Metropolitana de Belo Horizonte	105	287.454	63.751	351.205
Noroeste de Minas	19	11.463	2.120	13.583
Norte de Minas	89	35.833	13.683	49.516
Oeste de Minas	44	28.420	7.773	36.193
Sul/Sudoeste de Minas	146	74.737	24.555	99.292
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	66	84.450	34.883	119.333
Vale do Mucuri	23	10.724	1.982	12.706
Vale do Rio Doce	102	51.524	5.095	56.619
Zona da Mata	142	69.431	33.144	102.575
Total - Estado MG	853	698.954	213.946	912.900

Fonte: Elaborado com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP).

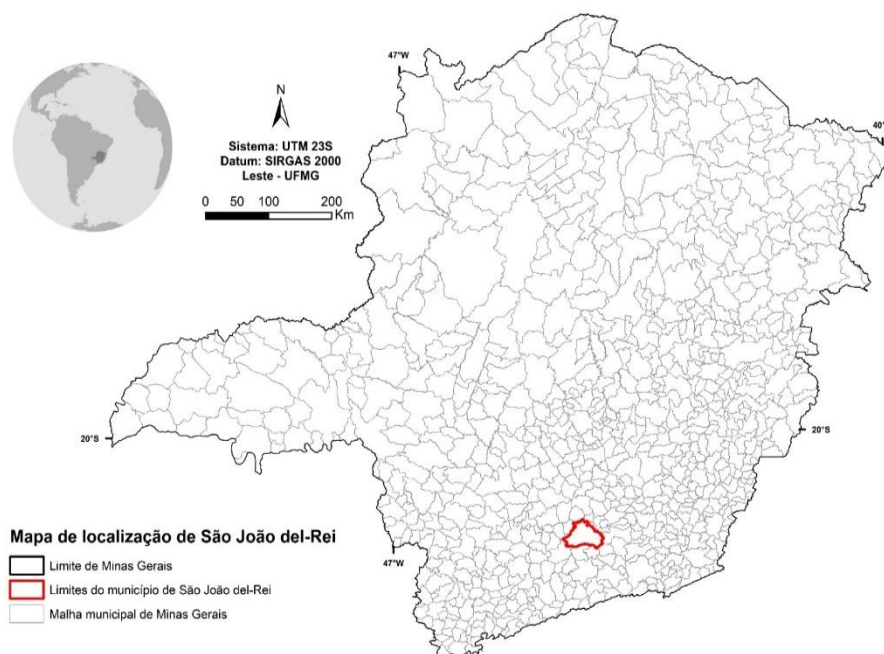
A flexibilização da oferta da educação superior em Minas Gerais torna-se um dos aspectos das reestruturações regionais do estado. Esse processo estabelece interações entre os lugares, ao atrair, por meio da mobilidade espacial diária ou permanente, discentes, docentes e trabalhadores para os centros que polarizam esse tipo de serviço, além da existência de serviços auxiliares que trazem indivíduos de outras localidades para esses centros urbanos. O aumento da quantidade de unidades, com incremento de cursos e vagas e a desconcentração espacial das instituições superiores sobre o interior brasileiro acarretam uma maior difusão da educação superior, o que impacta, de modo diferente, o desenvolvimento socioeconômico dos locais para onde se dirigem as novas unidades.

2.2 Crescimento da oferta do ensino superior em São João del-Rei (MG).

O município de São João del-Rei, que se localiza a aproximadamente 180 km de Belo Horizonte, compreende à mesorregião do Campos das Vertentes (Figura 1). São João

del-Rei apresenta uma área de 1.452 km² e população que corresponde a 90.225 habitantes (IBGE/2022). As origens de São João del-Rei, que remontam ao fim do século XVII, advêm da busca por ouro em Minas Gerais. A história do município, marcada pela tradição agropastoril, caracteriza-se por diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico. Diferentemente do que se verifica em outros locais, o município exibe uma ampla diversificação de atividades econômicas, o que o institui como um importante entreposto comercial, tendo a província do Rio de Janeiro como o principal mercado consumidor, de maneira que leva o município ao posto de cidade mais rica da região, a partir da primeira metade do século XIX. São João del-Rei estabelece uma elite comercial-financeira, que ligada previamente à produção de gêneros agropecuários de abastecimento, torna-se propulsora do processo de industrialização da região (Graça Filho, 2002).

Figura 1. Localização geográfica do município de São João del-Rei (MG).



Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (2022).

Autores: Camila Aguiar de Montero, Carlos Felipe Silva e João Vitor Pereira Guedes.

Durante a passagem do século XIX para o XX, a implantação da Estrada de Ferro Oeste de Minas colabora significativamente com o crescimento socioeconômico e demográfico de São João del-Rei, a partir da implantação de indústrias e sedes de organismos

institucionais, o que contribui para a afirmação do município enquanto polo microrregional (Santos, 2017). Segundo o autor, São João del-Rei apresenta uma característica peculiar dentro do processo de urbanização, uma vez que, apesar do padrão brasileiro exibir uma população urbana pouco acima da rural durante a década de 1970, o município sanjoanense atinge uma população urbana equivalente a 85% do total do município, ao passo que Minas Gerais contém 53% e o Brasil 55% de pessoas residentes em áreas urbanas. O predomínio da população urbana em São João del-Rei associa-se ao equilíbrio dos setores econômicos durante o processo histórico de desenvolvimento do município, já que o setor primário se estimula, sobretudo, pela demanda da industrialização, que contém, à época, maior peso dentro da economia local, além do setor terciário, que apresenta determinado grau de dinamismo, embora vinculado ao setor industrial.

São João del-Rei passa por uma próspera industrialização orientada, sobretudo, à área têxtil, sendo considerada um polo industrial regional, a partir da primeira metade do século XX. Porém, a entrada de gêneros paulistas em Minas Gerais, associada ao processo de industrialização voltado em explorar reservas minerais e à produção de bens que direcionam-se à metalurgia e minero-siderurgia e bens de consumo duráveis, como automóveis, tratores e equipamentos dos setores eletromecânicos, com início em 1964, especialmente em lugares próximos da capital, contribuem para que as regiões que se baseiam em indústrias tradicionais e relacionam-se a mercados locais ou áreas decadentes experimentem um crescimento negativo. Desse modo, essas regiões passam a enfrentar dificuldades para executar uma arrancada de recuperação industrializadora. A partir do final da década de 1960, São João del-Rei altera a função de cidade-polo industrial para cidade-polo em serviços e começa atrair volumes cada vez maiores de emigrantes, que residem em zonas rurais e áreas urbanas de pequenos municípios circunvizinhos (Oliveira, 2017).

Com o avanço do desenvolvimento técnico-científico e da globalização das empresas a partir segunda metade do século XX, a industrialização intensifica o processo de urbanização brasileira que, por meio da modernização em cidades e áreas rurais, atrai/expulsa um considerável contingente populacional proveniente dos campos para as cidades. A mudança de uma economia agroexportadora para uma economia urbano-industrial provoca transformações espaciais dentro da sociedade brasileira. As modernizações brasileiras, ao longo das últimas décadas do século XX, corroboram para uma nova relação entre

os lugares, tendo o desenvolvimento científico-tecnológico como forças produtivas, o que dá, assim, maior enfoque ao conhecimento. Nesse sentido, constata-se uma expansão das redes de transporte, comunicação e ensino básico e superior (Amorim, 2010).

Conforme Santos (1996), a implantação de um sistema de transporte rodoviário a partir de 1950 favorece o desenvolvimento dos centros urbanos intermediários que, através da centralidade regional criada pelas rodovias e investimentos produtivos, passam a receber também um importante acréscimo populacional, sendo providos, a partir de então, de uma série de equipamentos de abrangência regional. Dentre os principais serviços oferecidos pelo município sanjoanense, mencionam-se: rede bancária e financeira (estatal e privado); atendimento médico por meio de planos de saúde privados e clínicas particulares com determinado grau de especialização; escolas particulares em todos os níveis educacionais; universidade federal; existência das principais redes varejistas de bens de consumo duráveis e não duráveis; oferecimento de serviços de lazer; e retransmissores e escritórios regionais de grupos de comunicação regionais (Santos, 2017).

A posição geográfica de São João del-Rei permite que haja uma convergência de fluxos rodoviários, uma vez que o município possui saídas de ônibus para quase todas as cidades que compõem a microrregião do município, além das principais capitais brasileiras, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e para importantes centros urbanos do estado mineiro, como Juiz de Fora, Uberlândia e Divinópolis. São João del-Rei margeia-se por três rodovias federais: BR 265, BR 494 e BR 383, que dão acesso aos municípios que integram a microrregião e, também, pela BR 040 e 381 rumo à Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. A configuração das rodovias do entorno do município favorece o tráfego de passagem pelo centro sanjoanense constituindo um entroncamento de vias de circulação que envolve pessoas, capitais, mercadorias e serviços.

A dinâmica econômica de São João del-Rei estrutura-se a partir da prestação de serviços, que dispõe de uma importante função produtiva dentro da rede urbana que conforma a microrregião do município e a mesorregião do Campos das Vertentes, o que promove a ampliação da intensidade das interações do município com o espaço regional e outras aglomerações urbanas externas à respectiva rede. São João del-Rei passa a cumprir funções regionais diversificadas, em razão dos fatores de proximidade, das vias de transporte e da existência de alguns equipamentos públicos, como hospitais, universidades e

instituições burocráticas estaduais. Por conseguinte, as áreas de influência do município polarizam diferentes áreas, que corroboram para novas interações, além de desempenharem mecanismos de reorganização socioespacial do estado (Pereira e Hespanhol, 2015).

A implantação das instituições superiores em cidades intermediárias constitui uma ação estratégica para o desenvolvimento local e ampliação da própria centralidade e funções urbanas referentes aos investimentos locais, que corroboram o movimento de interiorização urbana do país (Simões e Amaral, 2011). A presença de uma instituição educacional em uma determinada localidade representa um diferencial dentro das dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento social e econômico, de tal maneira que colabora para a intensificação das potencialidades endógenas (Boisier, 2006).

Em relação às instituições educacionais de São João del-Rei, o Colégio de Augusta Elisa, que se origina em 1909, posteriormente, torna-se o Ginásio Santo Antônio. As instalações, obtidas pelo Estado em 1970, mais tarde, cedem-se à Fundação Municipal, onde se institui uma faculdade de engenharia industrial. Em 1986, essas instalações abrigam o *Campus* Santo Antônio da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI). O “Liceu de Artes e Ofícios”, fundado em 1923, após ser extinto, tem as instalações cedidas aos salesianos³ que, em 1940, inauguram as atividades do “Colégio São João”. Em 1953, instaura-se, adjacente ao Colégio São João, a “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” que implementa dois novos cursos (Psicologia e Pedagogia) e, por dificuldades financeiras, transfere-se à União para compor os alicerces de constituição da FUNREI. A instalação do “Patronato” (Escola Padre Sacramento), administrado pelos salesianos, depois do fechamento em 1973, sedia a *Golden Cross* (instituição americana), onde, instaura-se, em 1986, o CETAN (Centro Educacional Tancredo Neves), dedicado principalmente aos ensinamentos de práticas agrícolas e educacionais (Gaio Sobrinho, 2000).

A partir da segunda metade do século XX, São João del-Rei diminui paulatinamente a importância econômica dentro do estado com a ascensão de municípios como Belo Horizonte e Juiz de Fora. A valorização dos serviços de educação, saúde, comércio

³ A Congregação Salesiana ou Salesianos é uma congregação religiosa da Igreja Católica fundada em 1859 por São João Bosco e aprovada em 1874 pelo Papa Pio IX. A presença salesiana em São João del-Rei, impulsionada pelo industrial José do Nascimento Teixeira, acontece a partir de 1936 e efetiva-se em 1939 e 1940. Durante esse período, os padres salesianos fundam o Colégio São João, destinado a seminaristas e o Oratório Festivo (Dominical) São João. A partir de 1943, os salesianos fundam dentro do Bairro do Tijucu, em área doada pela família Nascimento Teixeira, o Oratório de São Caetano (Sacramento, 2013).

e prestação de serviços possibilita que o município mantenha determinada influência política e econômica regional (Santos et al., 2010). Desse maneira, com queda da importância econômica, a educação também apresenta uma regressão ao longo do século XX, visto que a redução de poder socioeconômico ocasiona indiretamente a perda de poder intelectual, expressada pelo fim dos cursos de Odontologia e Farmácia e da Escola Normal. Com a criação da FUNREI em 1986, a partir da união e federalização da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras (Fadom) e da Fundação Municipal de São João del-Rei, o município constitui-se, mais uma vez, como um polo educacional, processo que se intensifica com a incorporação da fundação pela UFSJ, em 2002 (Oliveira, 2017).

A UFSJ estabelece-se por meio da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI) que se implementa com a assinatura da lei nº 7.555/1986 pelo então presidente José Sarney. A constituição da FUNREI associa-se com a junção de três instituições de ensino superior de São João del-Rei: a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras; a Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis; e a Faculdade de Engenharia Industrial. Em 1995, a FUNREI adquire o Solar da Baronesa, situado dentro do centro histórico do município, imóvel onde se instala o centro cultural da instituição em 2000. A FUNREI transforma-se em UFSJ, com a lei nº 10.425/2002, assinada à época pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A UFSJ dispõe de seis *campi*, sendo três deles localizados em São João del-Rei: *Campus* Santo Antônio (CSA), *Campus* Dom Bosco (CDB) e *Campus* Tancredo Neves (CTAN). O *Campus* Centro-Oeste “Dona Lindu” situa-se em Divinópolis (MG), o *Campus* Alto Paraopeba em Ouro Branco (MG) e o *Campus* de Sete Lagoas em Sete Lagoas (MG). A UFSJ oferece cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento, sendo essas: Ciências Biológicas, Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Engenharias, assim como Linguística, Letras e Artes.

Em 2007, a UFSJ adere ao Reuni, ao considerar a existência de demanda por formação de recursos humanos capazes de atuar em diferentes áreas tecnológicas, tais como Engenharia Mecânica, Elétrica e de Produção, Física, Química, Ciência da Computação; bem como ciências sociais aplicadas: Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Administração e Comunicação Social. Dessa maneira, a UFSJ aumenta as vagas em cursos de licenciatura noturnos já existentes e implementa novos cursos, o que disponibiliza cursos

de licenciaturas em todas as áreas do conhecimento: Educação, Filosofia, Letras, História, Música, Teatro, Geografia, Física, Química, Matemática e Ciências Biológicas. A pós-graduação *stricto sensu* da instituição, relativamente recente, possui o primeiro mestrado aprovado em 2001 e o primeiro doutorado em 2010. Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSJ (2018), a instituição oferta 31 cursos de pós-graduação que contam com 1.267 discentes: 1.084 mestrandos e 183 doutorandos.

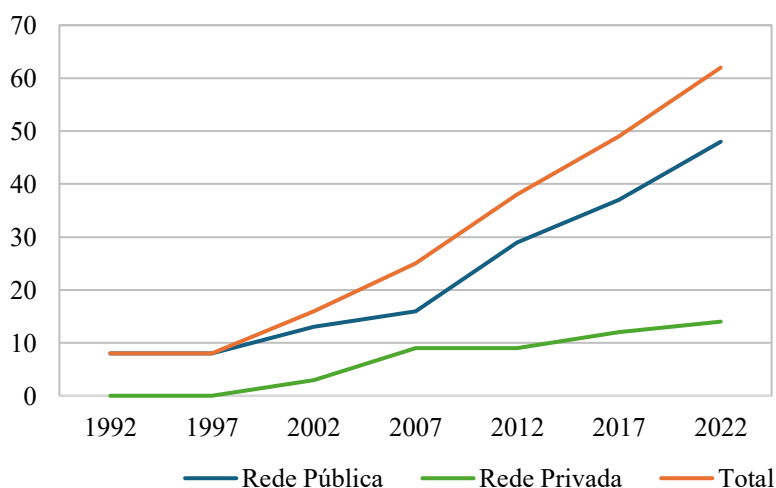
O Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves (IPTAN), que corresponde ao atual UNIPTAN, fundado em 2000 e credenciado pelo Ministério da Educação, através da portaria 2.065, de 2000, constitui uma instituição superior mantida pela entidade Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves Ltda., dirigida pelas legislações federal e estadual, pelo contrato social da entidade mantenedora e pelas normas do regimento interno da instituição. A proposta de instauração do UNIP-TAN acontece em 2016, tendo em vista o número crescente de autorizações e reconhecimentos de cursos superiores da instituição e a necessidade de atender a uma demanda em termos de ensino, pesquisa e extensão em São João del-Rei. O UNIPTAN pertence atualmente ao grupo econômico Afya que corresponde a um conglomerado educacional voltado para os cursos de medicina e saúde. A instituição superior oferece cursos de graduação em Administração, Biomedicina, Direito, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, além de Psicologia.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais funda-se em 2008, com a implementação da lei nº 11.892, que constitui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O instituto envolve, em uma única instituição educacional, a antiga Escola Agrotécnica Federal de Barbacena, o então Colégio Técnico Universitário e o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba, que se tornam os *campi* Barbacena, Juiz de Fora e Rio Pomba. Com a expansão institucional, inauguram-se os *campi* Muriaé, Santos Dumont e São João del-Rei, seguidos do *Campus* Avançado Bom Sucesso e Manhuaçu e pelas unidades de Cataguases e Ubá. O IF Sudeste MG: *Campus* São João del-Rei, instituição especializada em ofertar o ensino em diferentes níveis e modalidades educacionais, possui a área tecnológica como atuação prioritária. O instituto, fundado mediante a resolução nº 007, de 2009, instaura as atividades em 2010, com a inauguração de três cursos: Técnico de Enfermagem, Informática e Segurança do

Trabalho. A instituição contém 17 cursos em atividade, sendo dois cursos técnicos ligados ao ensino médio; cinco técnicos subsequentes; dois de especialização técnica; cinco de graduação: Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão em Recursos Humanos, Gestão Ambiental, Letras e Logística; e três cursos de pós-graduação: Didática e Trabalho Docente, Engenharia de Segurança do Trabalho e Qualidade de Vida em Organizações.

São João del-Rei possui, em 2022, três estabelecimentos de educação superior que ofertam cursos presenciais, sendo dois deles públicos, a UFSJ e o IF Sudeste MG: *Campus* São João del-Rei e um privado, o UNIPTAN. Em relação ao número de cursos ofertados pelas instituições superiores sanjoanenses, constata-se que há um acréscimo de oito em 1992, para 62 cursos superiores em 2022 (Gráfico 7). Em 1992, a FUNREI oferece os oito cursos superiores do município, sendo esses: Administração, Ciências, Ciências Econômicas, Filosofia, Engenharia, Letras, Pedagogia e Psicologia. Em 2022, dos 62 cursos superiores presenciais concedidos pelas instituições de ensino superior, 43 cursos advêm da UFSJ, 14 do UNIPTAN e 5 do IF Sudeste MG: *Campus* São João del-Rei.

Gráfico 7. Evolução do número de cursos em instituições de educação superior de São João del-Rei entre o período de 1992 e 2022.

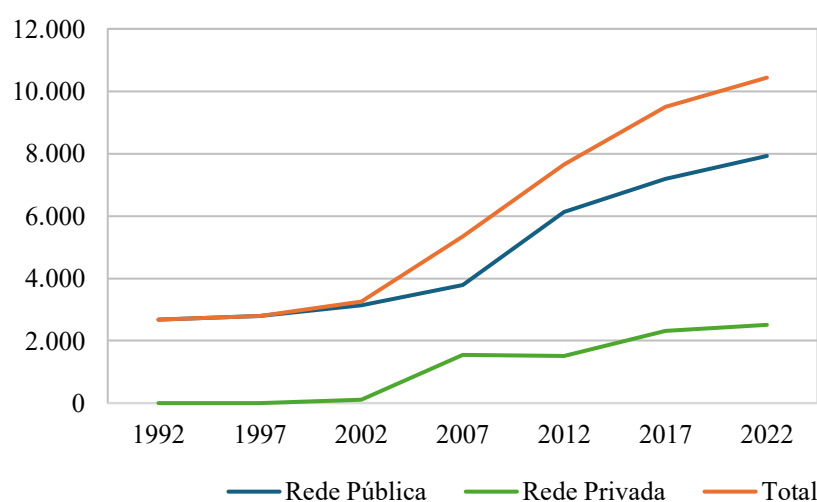


Fonte: Elaborado com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP).

Em São João del-Rei, constata-se um aumento do número de matrículas em cursos presenciais das instituições superiores, de 2.678 matrículas em 1992 para 10.436 em 2022 (Gráfico 8), sendo dessas 10.436 matrículas, 7.926 providas das instituições superiores

públicas e 2.510 da instituição particular do município. O crescimento do número de matrículas associa-se à adesão das instituições educacionais aos programas federais de expansão do acesso à educação superior (Expandir⁴, Reuni, PROUNI e FIES), que possibilita a criação de novos *campi* e cursos e a ampliação do número de vagas. A interiorização das instituições de ensino superior contribui para a democratização do acesso, descentralização do conhecimento, além do favorecimento da inclusão de setores que não dispõem de acesso a essa etapa da escolarização (Carvalho e Araújo, 2018).

Gráfico 8. Evolução do número de matrículas em cursos presenciais das instituições de ensino superior de São João del-Rei entre 1992 e 2022.



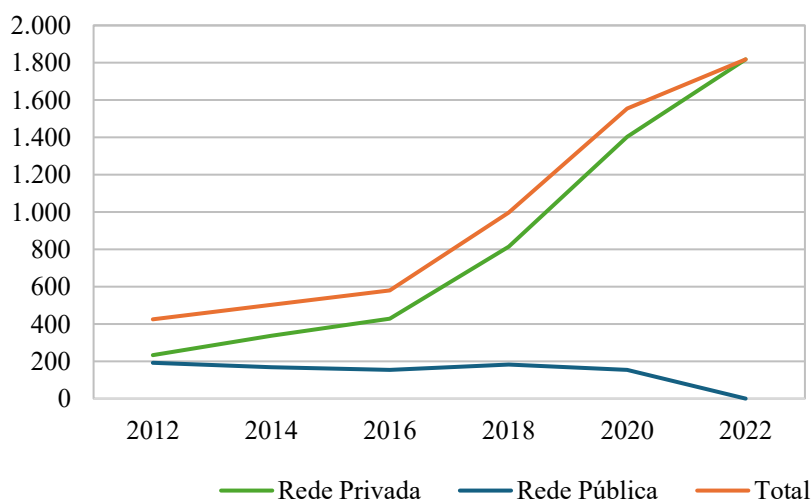
Fonte: Elaborado com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP).

Em São João del-Rei, certifica-se um crescimento do número de discentes matriculados em cursos de ensino a distância, de 425 em 2012 para 1.818 estudantes matriculados em 2022 (Gráfico 9). A caracterização da EaD como modalidade de educação formal, em que professor e estudante encontram-se separados espacial ou temporalmente e interagem por meio de tecnologias de informação e comunicação para o processo de ensino-aprendizagem, associa-se com as transformações que ocorrem ao longo desta última

⁴ O Programa Expandir refere-se a uma política de expansão do ensino superior público no Brasil, implementada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2003. O programa visa levar o ensino superior para aqueles que residem em municípios do interior do país, evitando a necessidade de deslocamento para os grandes centros. Em 2008, através do Programa Expandir, a UFSJ inaugura 11 novos cursos de graduação nos *campi* Alto Paraopeba, Centro-Oeste “Dona Lindu” e Sete Lagoas (PDI - UFSJ, 2018).

década, em virtude do advento de novas tecnologias e meios de comunicação. Conforme Borges (2020), a modalidade de ensino a distância oportuniza o acesso à educação superior, principalmente aos estudantes residentes em municípios interioranos do país que não dispõem de acesso aos polos educacionais presenciais ou que exercem ocupações que, de alguma forma, dificultam que esses estudantes frequentem o ensino presencial.

Gráfico 9. Evolução do número de matrículas em cursos de ensino a distância das instituições superiores de São João del-Rei entre 2012 e 2022.



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP).

Em suma, o número de matriculados em instituições de ensino superior em Minas Gerais aumenta de 144.756, em 1992, para 912.900, em 2022, já o número de cursos de ensino superior passa de 524, em 1992, para 3.710, em 2022. À medida que em São João del-Rei, o número de matriculados cresce de 2.678, em 1992, para 12.254, em 2022 e o número de cursos oferecidos exibe um acréscimo de oito, em 1992, para 62 cursos superiores, em 2022. Entre 1992 e 2022, a taxa de crescimento anual de matriculados e cursos em Minas Gerais corresponde a 6,33% e 6,74%, respectivamente, ao passo que em São João del-Rei, a taxa de crescimento anual de matrículas atinge 5,20% e a de cursos, 6,76% (INEP/2022). Em referência ao ensino a distância, as instituições superiores privadas aumentam expressivamente o contingente de estudantes matriculados tanto em Minas Gerais quanto em São João del-Rei, enquanto, em instituições superiores da rede pública, o número de matrículas se mantém estáveis como Minas Gerais ou reduzem o quantitativo

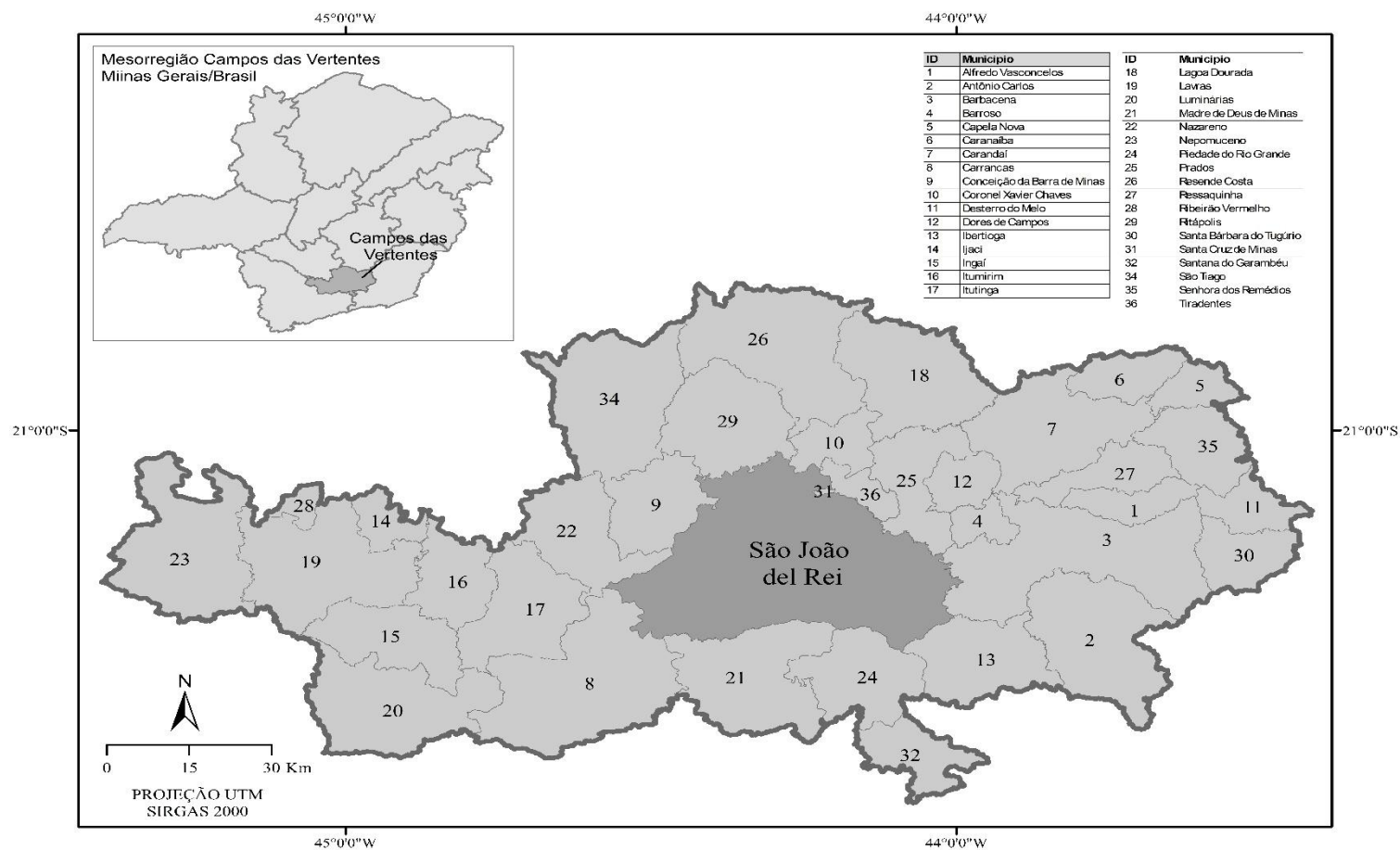
do estudantes matriculados como São João del-Rei. As instituições educacionais constituem fatores de atratividade socioeconômica que induzem as decisões de deslocamentos periódicos ou o estabelecimento de moradia fixa dos migrantes. Nesse sentido, torna-se necessário compreender a influência da oferta da educação superior em São João del-Rei dentro do processo de mobilidade populacional para o município, seja através da movimentos migratórios ou dos deslocamentos pendulares.

2.3 Recorte espacial, base de dados e procedimentos metodológicos.

Ao analisar a complexificação funcional das redes urbanas e da formação das regiões, Corrêa (2006) evidencia a inviabilidade de uma classificação dos centros urbanos, a partir de funções centrais. As especializações produtivas produzem centros com distintas centralidades e áreas de influência em torno de indústrias ou de prestações de serviços. Dessa maneira, identificam-se centros que gravitam em torno de indústrias como metalúrgica, de serviços como lazer e da oferta da educação superior. Com o processo de reestruturação produtiva e globalização econômica, adotar procedimentos, que discernem a interação entre os “nós” da rede que compõem cada uma das regiões, torna-se um desafio complexo. As transformações das organizações regionais ensejam a problematização das massas e dos fluxos, bem como das concentrações e dispersões, que se tornam características elementares das redes urbanas brasileiras. As mudanças socioeconômicas e as modificações referentes à oferta do ensino superior alteram as tendências de dispersão espacial dentro do interior das regiões de influência (Soares, 2020).

Para compreender a influência da oferta do ensino superior em São João del-Rei sobre o processo de deslocamento espacial de estudantes de nível superior, considera-se como unidade de análise os municípios que compreendem o estado de Minas Gerais e as mesorregiões como o recorte regional empregado. Os municípios de Minas Gerais encontram-se distribuídos em 12 mesorregiões, sendo essas: Norte de Minas, Noroeste de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Oeste de Minas, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Campo das Vertentes, Sul/Sudoeste de Minas e Zona da Mata. A figura 2 permite identificar a localização geográfica dos municípios que integram a mesorregião do Campo das Vertentes.

Figura 2. Localização geográfica dos municípios que integram a mesorregião do Campo das Vertentes (MG).



Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (2022).

Autores: Carlos Fernando Ferreira Lobo e Carlos Felipe Silva.

Para a realização desta pesquisa, utilizam-se duas bases de dados secundárias para a análise do crescimento do ensino superior e dos indicadores de fluxos populacionais: o Censo da Educação Superior realizado pelo INEP e o Censo Demográfico empreendido pelo IBGE. O primeiro conjunto de dados corresponde à principal fonte estatística sobre o ensino superior brasileiro. O Censo da Educação Superior, executado desde os anos de 1991, concebe-se em conjunto com as instituições educacionais para captar informações relativas aos atributos das instituições superiores e dos cursos de graduação e sequenciais. Os censos demográficos, a segunda base de dados utilizada, constituem a levantamentos censitários que fornecem um maior número de informações sobre a população brasileira. Por definição, possuem uma periódica regular e concedem um conjunto diversificado de características sociais, econômicas e demográficas. Com a adoção dos padrões internacionais em 1940, os censos passam a ocorrer decenalmente, sendo empregados como fontes de informação para a implementação de políticas públicas (ONU, 2008).

Com o Censo Demográfico de 2010, torna-se possível estimar os migrantes e discriminar a mobilidade pendular para fins de estudo e trabalho. Os migrantes identificam-se por meio da combinação das variáveis que codificam o município de residência quando acontece o recenseamento (V002) e o último município de residência (V6254), exclusivo para aqueles que habitam o município atual em menos de 10 anos ininterruptos. Trata-se, portanto, da denominada migração de última etapa, que não estabelece intervalo específico durante a década censitária como a migração de data fixa. Para a pendularidade, admite-se os casos em que o recenseado declara trabalhar ou estudar em um município distinto daquele de residência. Para essas ocorrências, identifica-se o município de trabalho (V6604) ou de estudo (V6364). O cruzamento dessas variáveis permite a geração da chamada matriz de origem e destino, tanto para a mobilidade migratória ou pendular, quantificando os valores dos fluxos populacionais entre os municípios.

O Censo Demográfico também possibilita reconhecer os estudantes de nível superior, a partir da variável “Curso que Frequenta” (V0629), que distingue aqueles estudantes que declaram frequentar curso superior de graduação. A combinação dessa variável com a de migração e pendularidade propicia discriminar os migrantes e pendulares de ensino superior, separados e comparados com aqueles que declaram apenas para trabalho.

A análise da evolução do volume de estudantes matriculados em São João del-Rei realiza-se entre os anos de 1992 e 2022, porém, esse período não se replica para a avaliação da migração, visto que a inclusão de uma pergunta específica em questionários dos recenseamentos sobre a localidade de estudo, o que permite, estimar o deslocamento exclusivo para fins estudantis, se dá somente a partir do Censo Demográfico de 2010. Além disso, cabe ainda pontuar que a não divulgação dos dados amostrais do Censo Demográfico de 2022 impede a interpretação dos deslocamentos estudantis mais recentes.

A cartografia constitui uma importante ferramenta que possibilita representar os fluxos espaciais estudantis em direção a São João del-Rei. Martinelli (2003) elucida que em representações dinâmicas, utiliza-se o método dos fluxos, que mostra o deslocamento dos fenômenos, ao materializar intensidade, direção e sentido do movimento. Para elaborar um mapa de fluxos, adota-se uma base cartográfica, que abarca os dados dos contingentes deslocados com identificação dos pontos de chegada, partida e percurso, além dos pontos em que se coletam os dados. A intensidade dos fenômenos representa-se pela espessura da flecha e o sentido dado pela indicação origem e destino.

Para realizar a análise dos fluxos migratórios e pendulares de estudantes para São João del-Rei relativos aos anos de 2010, adotam-se indicadores de mobilidade populacional. Os indicadores utilizados provêm da pesquisa realizada por Soares (2020) que avalia os efeitos regionais da flexibilização da educação superior, a partir da análise dos níveis de centralidade de oferta do ensino superior dos centros regionais de Minas Gerais. Soares (2020) aplica os indicadores de mobilidade populacional para discernir as diferenças regionais do processo de flexibilização da oferta da educação superior, através do estabelecimento de hierarquias e mapeamento da rede de lugares centrais.

Em relação à mobilidade migratória, cabe mencionar que se considera somente a última etapa da migração, sem considerar as possíveis etapas intermediárias e o momento exato da mudança de endereço, passível de identificação pela chamada migração de data fixa. Quanto aos deslocamentos pendulares, admite-se a informação da população, a partir da data do recenseamento sobre o município de estudo, o que constitui movimentos periódicos, não necessariamente fluxos diários. Ademais, aponta-se que a metodologia do IBGE, em relação à definição do local de residência, considera um número considerável de estudantes regulares como “flutuantes”, ou seja, como residentes dos municípios onde

residem os demais membros da família, ainda que permaneçam por longos períodos ininterruptos em outro município. Dessa forma, empregam-se as variáveis que identificam o município de residência, levando em conta a data de referência do censo e aquele de trabalho/estudo. A base amostral não possibilita, para os dados relativos ao ensino, a seleção somente de movimentos diários. As duas proporções e as duas razões concebem-se a partir das informações concedidas pelos censos demográficos. A primeira delas corresponde à Proporção de Migrantes de Ensino Superior (PM_e), dada pelo volume de migrantes estudantes de nível superior (M_{ej}) sobre o total de discentes migrantes (M_{tj}) (Equação 1). A segunda refere-se à Proporção de Pendulares de Ensino Superior (PP_e) derivada da razão entre o contingente de pendulares que cursam o ensino superior (P_{ej}) e o total de estudantes pendulares (P_{tj}), o que inclui todos os níveis de ensino (Equação 2).

Equação 1:

$$PM_e = \frac{\sum_1^n M_{ej}}{\sum_1^n M_{tj}}$$

Equação 2:

$$PP_e = \frac{\sum_1^n P_{ej}}{\sum_1^n P_{tj}}$$

Outro indicador empregado neste estudo refere-se à Razão entre Migração e Pendularidade (RM_p) que determina os níveis de absorção populacional pela localidade receptora, sendo quanto maior o resultado, maior o peso da migração, quando comparada à pendularidade, acerca da mobilidade populacional para São João del-Rei. O cálculo dos valores realiza-se a partir da divisão entre o número total de estudantes que migram para o centro sub-regional (M_{tj}) e o número de estudantes pendulares total (P_{tj}) (Equação 3).

Equação 3:

$$RM_p = \frac{\sum_1^n M_{tj}}{\sum_1^n P_{tj}}$$

Para fins de análise especificamente da mobilidade estudantil, adota-se a denominada Razão de Mobilidade Escolar do Ensino Superior (RM_e) oriunda da divisão entre o número de migrantes estudantes de ensino superior (M_{ej}) e o volume total de pendulares estudantes de ensino superior (P_{ej}) (Equação 4). Quanto maior o valor do RM_e , maior o peso daqueles que migram para São João del-Rei e cursam o ensino superior.

Equação 4:

$$RM_e = \frac{\sum_1^n M_{ej}}{\sum_1^n P_{ej}}$$

Por fim, o último indicador, que compõe esta pesquisa, tem como objetivo avaliar o peso diferenciado de cada um dos tipos de deslocamentos pendulares. Dessa maneira, analisa-se a primazia de pendularidade para fins estudantis (todos os níveis educacionais) em relação aos laborais. A Razão de Pendularidade Escolar (RP_e) possibilita verificar os diferentes níveis de predominância da modalidade para fins estudantis em São João del-Rei. Inicialmente, decompõem-se os deslocamentos pendulares em três tipos: exclusivos para estudo (P_e); exclusivos para trabalho (P_t); e aqueles para estudo e trabalho (P_{et}). Dois valores desses deslocamentos servem como base para o RP_e , dado pela razão da mobilidade apenas para fins estudantis sobre aquela apenas para fins laborais (Equação 5).

Equação 5:

$$RP_e = \frac{\sum_1^n P_{ej}}{\sum_1^n P_{tj}}$$

A representação dos valores dos RP_e realiza-se por meio de cartogramas, sendo a classificação padronizada da seguinte forma: razão menor que 1; de 1 a 4,99; de 5 a 9,99; e, por fim, maior que 9,99. Os valores menores que um estabelecem os vetores com prevalência da mobilidade laboral em relação à estudantil. Para os demais valores, que abarcam as três outras classes, predominam os fluxos para fins estudantis. O cálculo utilizado

para obtenção do indicador considera todos os níveis educacionais, isto é, inclui todos os estudantes da educação básica e superior. O procedimento adotado objetiva avaliar a capacidade de atração de estudantes pendulares desempenhada pelo município de São João del-Rei em relação aos fluxos pendulares para fins laborais. Os indicadores de mobilidade permitem avaliar os padrões dos fluxos populacionais, a partir da interpretação das particularidades desses movimentos quando associados ao ensino superior.

3 MOBILIDADE ESPACIAL DE ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR PARA SÃO JOÃO DEL-REI: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A oferta do ensino superior atrai significativos volumes de estudantes, professores e técnicos, seja por meio da migração ou da pendularidade. Os fluxos de mobilidade espacial da população indicam as modificações que conformam a rede de cidades e o papel desempenhado pelos centros regionais (Soares, 2020). Nesse sentido, busca-se interpretar os vetores de mobilidade e fluxos estudantis de nível superior como indicadores da intensidade de conexões geográficas induzidas pela oferta do ensino superior em São João del-Rei. A estimativa dos fluxos populacionais realiza-se com base em dados do Censo Demográfico de 2010, que introduz dentro do questionário do recenseamento, pela primeira vez, uma pergunta específica sobre o local de estudo dos indivíduos. Ademais, cabe ainda pontuar que a não divulgação dos dados da amostra do Censo Demográfico de 2022 impede, por ora, a análise atualizada dos fluxos estudantis para São João del-Rei. Para avaliar a mobilidade migratória e pendular de estudantes em 2010 para o centro sub-regional, realiza-se a análise dos seguintes indicadores de mobilidade populacional: Proporção de Migrantes de Ensino Superior (PM_e); Proporção de Pendulares de Ensino Superior (PP_e); Razão entre Migração e Pendularidade (RM_p); Razão de Mobilidade Escolar para Ensino Superior (RM_e); e Razão de Pendularidade Escolar (RP_e).

A realização da comparação entre migração e pendularidade objetiva averiguar a participação dos fluxos populacionais de estudantes de nível superior, a fim de identificar o poder de atração de estudantes exercido por São João del-Rei. Quanto aos deslocamentos migratórios, menciona-se que se considera apenas o último deslocamento migratório,

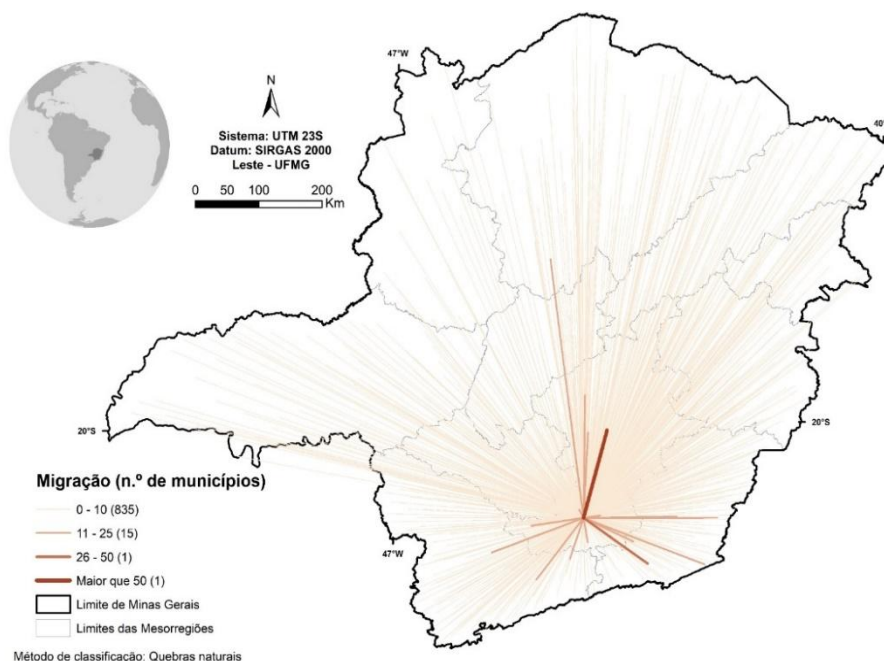
sem considerar possíveis etapas intermediárias e o momento exato da mudança de endereço. Em relação aos deslocamentos pendulares, admite-se a informação da população, a partir da data do recenseamento, sobre o município de estudo, o que constitui movimentos periódicos, não necessariamente deslocamentos diários. A identificação de particularidades dos tipos de deslocamentos espaciais populacionais permite detalhar as conexões geográficas que conformam a rede de cidades. As capacidades de atração populacional indicam os níveis de polarização desempenhados por São João del-Rei.

Os itens a seguir apresentam a análise dos vetores dos movimentos migratórios de estudantes de nível superior para São João del-Rei e da Proporção de Migrantes de Ensino Superior, por mesorregião e município, bem como a interpretação dos vetores dos deslocamentos pendulares dos estudantes que cursam o ensino superior em São João del-Rei e da Proporção de Pendulares de Ensino Superior, por mesorregião e município. Por último, avalia-se a relação entre a mobilidade migratória e pendular de estudantes para o município sanjoanense a partir da Razão entre Migração e Pendularidade, Razão de Mobilidade Escolar para Ensino Superior e Razão de Pendularidade Escolar.

3.1 Migrantes matriculados em cursos superiores de São João del-Rei.

A interpretação das direções e distribuições das redes de deslocamentos populacionais permite a identificação das áreas/regiões de influência de São João del-Rei. As redes migratórias de estudantes expressam-se a partir de cartogramas, que exibem os vetores da rede de mobilidade. A capital Belo Horizonte, a única cidade dentro da faixa que apresenta mais de 50 estudantes, dispõe de 60 discentes que deixam a cidade em direção a São João del-Rei e cursam o ensino superior. Já dentro da faixa de 26 a 50 estudantes, encontra-se Juiz de Fora, município de origem de 26 estudantes que estabelecem moradia fixa em São João del-Rei. Juiz de Fora constitui um dos centros regionais de Minas Gerais que compõe o primeiro nível da hierarquia referente à oferta do ensino superior (Soares e Lobo, 2018). Ademais, ressalta-se ainda que os 86 fluxos migratórios realizados por estudantes de nível superior, provindos da mesorregião do Campo das Vertentes, originam-se dos municípios de Ritópolis (19), Resende Costa (15), Piedade do Rio Grande (13), Lavras (13), Dolores (12), Carrancas (9) e Barbacena (5) (Figura 3).

Figura 3. Vetores dos fluxos migratórios de estudantes de nível superior para São João del-Rei (2010).



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

Autores: Camila Aguiar de Montero, Carlos Felipe Silva e João Vitor Pereira Guedes.

Em referência aos estudantes que realizam a mobilidade migratória para São João del-Rei, o número de estudantes que migram para o município e cursam o ensino superior equivale a 335, dos 5.273 estudantes, que incluem todos os níveis de ensino. A mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, a divisão regional mais populosa do estado, constitui aquela que fornece o maior contingente de estudantes que migram para São João del-Rei e passam a cursar o ensino superior (102 estudantes). Em contrapartida, a mesorregião da Central Mineira e o Vale do Mucuri consistem às únicas em que não apresentam fluxos populacionais de migrantes que cursam a educação superior em São João del-Rei. A Proporção de Migrantes de Ensino Superior (PM_e) para São João del-Rei, resultante do número de migrantes estudantes de ensino superior sobre o número total de migrantes, evidencia que 6,35% dos migrantes cursam o ensino superior em São João del-Rei. O Sul/Sudoeste de Minas e Vale do Rio Doce correspondem às mesorregiões com as maiores proporções de estudantes migrantes que cursam a educação superior, 19% e 17%, respectivamente, isto é, as mesorregiões com os maiores contingentes de estudantes de nível superior em relação ao total de estudantes que migram para São João del-Rei (Tabela 2).

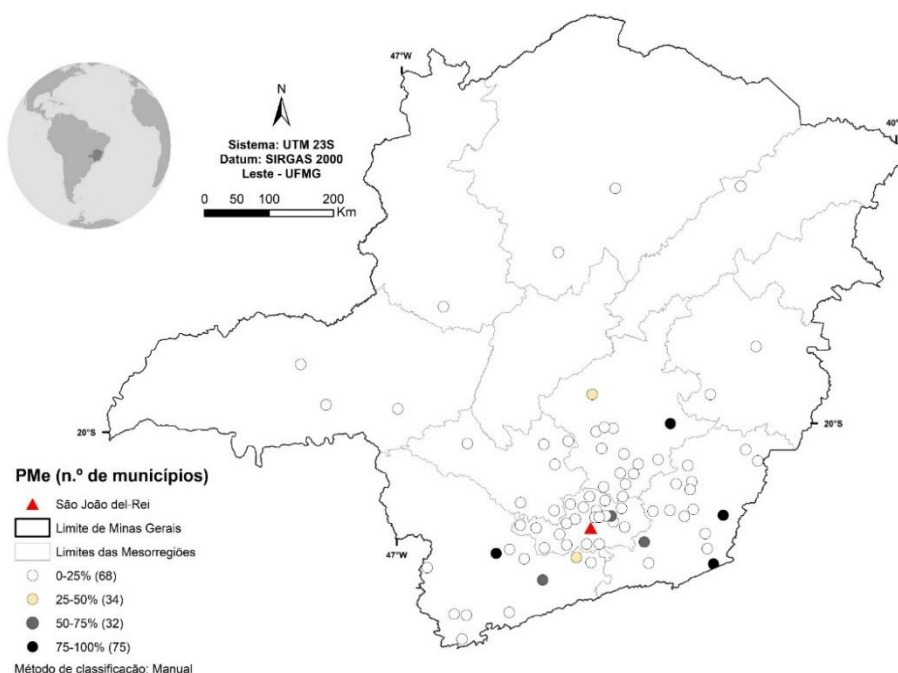
Tabela 2. Número de migrantes, migrantes de ensino superior e Proporção de Migrantes de Ensino Superior (PM_e) por mesorregião para São João del-Rei (2010).

Mesorregiões de Minas Gerais:	Número de migrantes estudantes (M_{ij}):	Número de migrantes estudantes de nível superior (M_{ej}):	PM_e %:
Campo das Vertentes	2.517	86	3,42
Central Mineira	0	0	0,00
Jequitinhonha	17	0	0,00
Metropolitana de Belo Horizonte	1.365	102	7,47
Noroeste de Minas	12	0	0,00
Norte de Minas	107	11	10,28
Oeste de Minas	249	0	0,00
Sul/Sudoeste de Minas	208	41	19,71
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	86	0	0,00
Vale do Mucuri	0	0	0,00
Vale do Rio Doce	46	8	17,39
Zona da Mata	666	87	13,06
Total Geral	5.273	335	6,35

Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

Em relação aos municípios mineiros, as maiores proporções de fluxos migratórios de estudantes de nível superior referem-se aos municípios de João Monlevade (100%), da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Elói Mendes (100%), da mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas; e Muriaé (100%) e Volta Grande (100%), da mesorregião da Zona da Mata. Enquanto dentro da faixa de 50% a 75%, encontram-se os municípios de Dolores de Campos (60%), do Campo das Vertentes; Santos Dumont (56%), da Zona da Mata; e Caxambu (52%), do Sul/Sudoeste de Minas. Ademais, certifica-se que o centro sub-regional de São João del-Rei exerce polarização, em referência à mobilidade migratória estudantil, sobre 21, dos 36 municípios que integram o Campo das Vertentes, quanto à migração para fins de ensino superior, o número de municípios da própria mesorregião equivale a sete, sendo os municípios de Dolores de Campos (60%), Piedade do Rio Grande (20,31%), Lavras (14,13%), Carrancas (9,89%), Resende Costa (7,50%), Ritópolis (5,26%) e Barbacena (1,17%), os locais de origem dos estudantes que realizam a mobilidade migratória para São João del-Rei e passam a cursar o ensino superior (Figura 4).

Figura 4. Proporção de Migrantes de Ensino Superior (PM_e) por município para São João del-Rei (2010).



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

Autores: Camila Aguiar de Montero, Carlos Felipe Silva e João Vitor Pereira Guedes.

A tabela 3 exibe o número de municípios, por mesorregião, que São João del-Rei exerce influência em relação à migração para fins estudantis e os municípios que contém os maiores PM_e em 2010. São João del-Rei desempenha influência, relativa à mobilidade migratória para fins de estudo, sobre o maior número de municípios da própria mesorregião e das mesorregiões limítrofes da Zona da Mata, Metropolitana de Belo Horizonte e Sul/Sudoeste de Minas. Apesar do Campo das Vertentes conter o maior número de municípios em que São João del-Rei exerce influência, apenas o município de Dolores de Campos (60%), localizado a cerca de 42 km via BR-265 de São João del-Rei, apresenta o PM_e maior que 50%. Ademais, verifica-se ainda que todos os estudantes provenientes dos municípios de Muriaé e Volta Grande, da Zona da Mata; João Monlevade, da Metropolitana de Belo Horizonte; e Elói Mendes, do Sul/Sudoeste de Minas optam por realizar a migração para São João del-Rei e passam a ingressar em alguma instituição superior do município, sendo os municípios com os maiores PM_e , o que indica o poder de atração de estudantes de nível superior do município para além da própria mesorregião.

Tabela 3. Número de municípios, por mesorregião, que São João del-Rei exerce influência, em relação à migração para fins estudantis e municípios que apresentam os maiores **PM_e** (2010).

Número de municípios, por mesorregião, que São João del-Rei exerce influência, em relação à migração para fins estudantis (2010):		Municípios que apresentam os maiores PM_e (50%-100%):	
Campo das Vertentes	21	Dores de Campos	60%
Zona da Mata	16	Muriaé	100%
		Volta Grande	100%
		Santos Dumont	56%
Metropolitana de Belo Horizonte	14	João Monlevade	100%
Sul/Sudoeste de Minas	11	Elói Mendes	100%
		Caxambu	52%
Oeste de Minas	06	sem ocorrência	*****
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	03	sem ocorrência	*****
Vale do Rio Doce	02	sem ocorrência	*****
Norte de Minas	02	sem ocorrência	*****
Noroeste de Minas	01	sem ocorrência	*****
Jequitinhonha	01	sem ocorrência	*****
Vale do Mucuri	00	sem ocorrência	*****
Central Mineira	00	sem ocorrência	*****

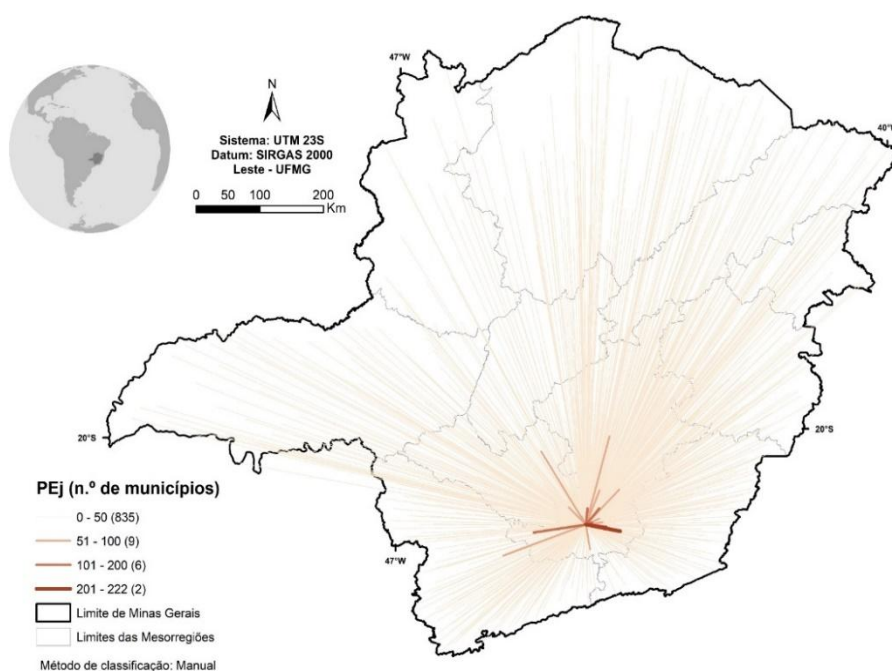
Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

O centro sub-regional de São João del-Rei exerce influência, em relação aos discentes que migram para o município sanjoanense para fins de estudo, sobre 77 municípios, sendo a maior parte deles, pertencentes à mesorregião do Campo das Vertentes (21 municípios), seguida da Zona da Mata (16 municípios), Metropolitana de Belo Horizonte (14 municípios) e Sul/Sudoeste de Minas (11 municípios). Assim, a mobilidade migratória para fins estudantis constitui um elemento importante que determina as redes geográficas estabelecidas entre São João del-Rei e os demais municípios do estado, o que revela o papel do município sanjoanense como um centro sub-regional de Minas Gerais, ao considerar a influência direta de São João del-Rei sobre o Campo das Vertentes. Além disso, cabe ainda pontuar a polarização exercida por São João del-Rei sobre as mesorregiões do Sul/Sudoeste de Minas e Vale do Rio Doce, que se destacam como aquelas que apresentam as maiores proporções de estudantes que migram para o município e passam a cursar o ensino superior em uma das instituições educacionais sanjoanenses.

3.2 Pendulares matriculados em cursos superiores de São João del-Rei.

São João del-Rei atrai alunos provindos de todas as mesorregiões mineiras. Como esperado, por se tratar muitas das vezes de fluxos pendulares diários, observa-se a polarização exercida pelo município dentro da própria mesorregião, sendo 55% dos estudantes pendulares provenientes de municípios do Campo das Vertentes. As duas únicas localidades dentro da faixa de mais de 200 estudantes, que integram o Campo das Vertentes, correspondem aos municípios de Barbacena com 222 estudantes e Barroso com 216 discentes pendulares, que cursam o ensino superior em São João del-Rei. Quanto à faixa de 101 a 200 estudantes, há cinco casos, sendo todos os estudantes provenientes dos municípios do Campo das Vertentes: Lagoa Dourada (190), Lavras (182), Resende Costa (151), Santa Cruz de Minas (116) e Tiradentes (104). Ademais, São João del-Rei contém 456 estudantes pendulares que residem em municípios da Metropolitana de Belo Horizonte e 385 do Sul/Sudoeste de Minas, o que equivale a 15% e 11%, respectivamente, dos estudantes que realizam a mobilidade pendular para o município sanjoanense (Figura 5).

Figura 5. Vetores dos fluxos pendulares de estudantes de nível superior para São João del-Rei (2010).



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).
Autores: Camila Aguiar de Montero, Carlos Felipe Silva e João Vitor Pereira Guedes.

Em relação aos estudantes que realizam a pendularidade para São João del-Rei, o número de estudantes que exercem deslocamentos regulares para o município equivale a 3.056, do total de 8.373 estudantes, em 2010, sendo o Campo das Vertentes, a mesorregião que apresenta o maior volume de estudantes de nível superior, que realizam a pendularidade para o município sanjoanense (1.679 estudantes). A Proporção de Pendulares de Ensino Superior (PP_e) para São João del-Rei, resultante da divisão do número de pendulares estudantes de ensino superior sobre o número total de pendulares, revela que o Noroeste de Minas e Vale do Mucuri constituem as mesorregiões que contêm os maiores PP_e , com 91% e 89%, respectivamente, o que evidencia a polarização desempenhada por São João del-Rei sobre municípios que se encontram mais distantes (Tabela 4).

Tabela 4. Número de pendulares, pendulares de ensino superior e Proporção de Pendulares de Ensino Superior (PP_e) por mesorregião para São João del-Rei (2010).

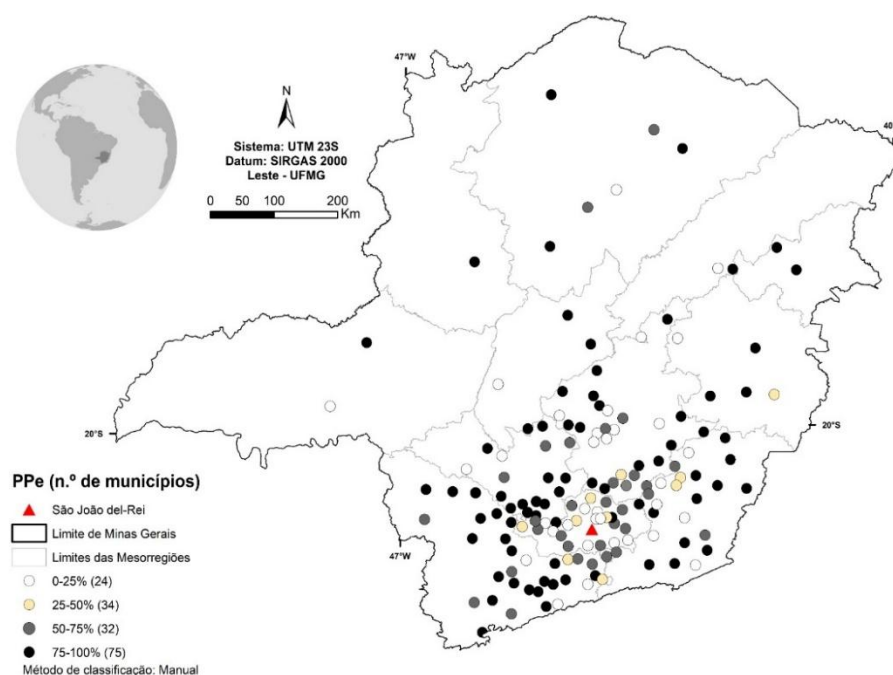
Mesorregiões de Minas Gerais:	Número de pendulares estudantes (P_{ij}):	Número de pendulares estudantes de nível superior (P_{ej}):	PP_e %:
Campo das Vertentes	6.186	1.679	27,14
Central Mineira	36	22	61,11
Jequitinhonha	26	6	23,08
Metropolitana de Belo Horizonte	847	456	53,84
Noroeste de Minas	12	11	91,67
Norte de Minas	80	52	65,00
Oeste de Minas	371	243	65,50
Sul/Sudoeste de Minas	510	385	75,49
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	24	11	45,83
Vale do Mucuri	19	17	89,47
Vale do Rio Doce	48	37	77,08
Zona da Mata	214	137	64,02
Total Geral	8.373	3.056	36,50

Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

Em referência à mesorregião do Noroeste de Minas, os deslocamentos pendulares de discentes, que cursam o ensino superior em São João del-Rei, partem do município de João Pinheiro (91,67%). Teófilo-Otoni (92,86%) e Itaipé (80%), que se encontram dentro

do Vale do Mucuri, correspondem aos municípios originários dos deslocamentos pendulares estudantis de nível superior para São João del-Rei. Dolores de Campos (81,43%), Capela Nova (75%), Lavras (72,80%) e Carrancas (72,73%) constituem os municípios que compreendem o Campo das Vertentes com as maiores proporções de estudantes que praticam a pendularidade para São João del-Rei para cursar o ensino superior. O centro sub-regional desempenha influência, em relação aos fluxos pendulares estudantis de nível superior, sobre 24 municípios do Campo das Vertentes (Figura 6).

Figura 6. Proporção de Pendulares de Ensino Superior (PP_e) por município para São João del-Rei (2010).



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

Autores: Camila Aguiar de Montero, Carlos Felipe Silva e João Vitor Pereira Guedes.

A tabela 5 exhibe o número de municípios, por mesorregião, em que São João del-Rei exerce influência em relação à pendularidade para fins estudantis e os municípios do estado que contém os maiores PP_e em 2010. O centro sub-regional desempenha influência, relacionada à mobilidade pendular para fins estudantis, sobre o maior número de municípios das mesorregiões do Sul/Sudoeste de Minas, Metropolitana de Belo Horizonte e Campo das Vertentes. Além disso, constata-se ainda que o Sul/Sudoeste de Minas corresponde à mesorregião com o maior número de municípios com os maiores PP_e .

Tabela 5. Número de municípios, por mesorregião, que São João del-Rei exerce influência, quanto à pendularidade para fins de estudo e municípios que apresentam os maiores **PPe** (2010).

Número de municípios, por mesorregião, que São João del-Rei exerce influência, quanto à pendularidade para fins de estudo (2010):		Municípios que apresentam os maiores PPe (>95%):	
Sul/Sudoeste de Minas	32	Guapé	100%
		Varginha	98,44%
		Boa Esperança	97,92%
		Caxambu	95,65%
Metropolitana de Belo Horizonte	28	Sete Lagoas	97,37%
		Ouro Preto	96,55%
Campo das Vertentes	27	sem ocorrência	*****
Zona da Mata	23	Juiz de Fora	96,77%
		Leopoldina	96,00%
Oeste de Minas	18	Cana Verde	100%
		Santana do Jacaré	100%
Norte de Minas	06	sem ocorrência	*****
Vale do Rio Doce	05	Ipatinga	95,65%
Central Mineira	04	sem ocorrência	*****
Jequitinhonha	03	sem ocorrência	*****
Vale do Mucuri	02	sem ocorrência	*****
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	02	sem ocorrência	*****
Noroeste de Minas	01	sem ocorrência	*****

Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

Em São João del-Rei, encontram-se estudantes, que realizam deslocamentos pendulares para o centro sub-regional, provindos de 151 municípios de Minas Gerais, sendo a maioria deles, pertencentes à mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas (32 municípios), Metropolitana de Belo Horizonte (28 municípios) e Campo das Vertentes (27 municípios). O poder de atração de estudantes, oriundos de todas as mesorregiões mineiras, reforça a tese de Soares (2020), que São João del-Rei constitui um importante centro sub-regional, quanto à oferta do ensino superior. Soares (2020) constata que a existência de uma universidade federal instalada em um município do interior promove a polarização para além da região imediata do município. Sendo assim, os maiores valores dos **PPe** correspondentes ao Noroeste de Minas e Vale do Mucuri corroboram a polarização desempenhada por São João del-Rei sobre municípios que se encontram mais distantes.

3.3 Relação entre migração e pendularidade de estudantes para São João del-Rei.

Em referência ao número total de estudantes que realizam a mobilidade espacial para São João del-Rei, constata-se que o município atrai, em 2010, um maior contingente de estudantes pendulares (8.373) em comparação com aqueles que optam pela migração (5.273). A Razão entre Migração e Pendularidade (RM_p) de São João del-Rei, constituída a partir do número total de estudantes migrantes sobre o número total de estudantes pendulares, corresponde a 0,63, o que significa que o município, em 2010, absorve em maior volume estudantes que realizam deslocamentos pendulares, em contraponto àqueles estudantes que migram para São João del-Rei. Ao analisar a tabela 6, verifica-se que há uma predominância de estudantes, de todos os níveis de ensino, provindos de municípios que compreendem as mesorregiões da Central Mineira, Vale do Mucuri, Campo das Vertentes, Sul/Sudoeste de Minas, Jequitinhonha, Oeste de Minas e Vale do Rio Doce, que exercem os movimentos pendulares em direção a São João del-Rei.

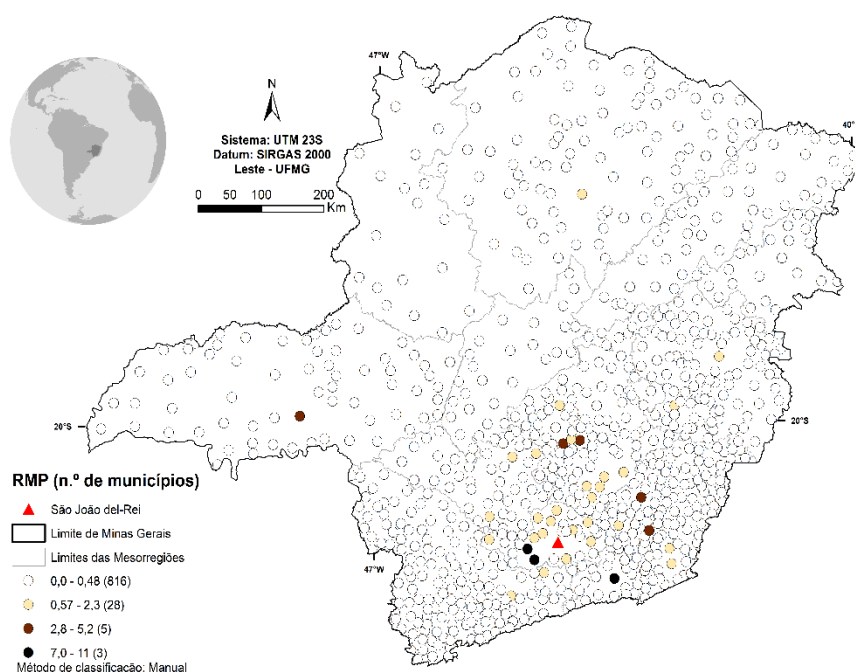
Tabela 6. Razão entre Migração e Pendularidade (RM_p) por mesorregião para São João del-Rei (2010).

Mesorregiões de Minas Gerais:	Número total de migrantes estudantes (M_{ij}):	Número total de pendulares estudantes (P_{ij}):	RM_p %:
Campo das Vertentes	2.517	6.186	0,41
Central Mineira	0	36	0,00
Jequitinhonha	17	26	0,65
Metropolitana de Belo Horizonte	1.365	847	1,61
Noroeste de Minas	12	12	1,00
Norte de Minas	107	80	1,34
Oeste de Minas	249	371	0,67
Sul/Sudoeste de Minas	208	510	0,41
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	86	24	3,58
Vale do Mucuri	0	19	0,00
Vale do Rio Doce	46	48	0,96
Zona da Mata	666	214	3,11
Total Geral	5.273	8.373	0,63

Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

A partir da figura 7, compreende-se que os maiores RM_p , que indicam a predominância dos deslocamentos migratórios em relação aos pendulares, correspondem aos municípios que se inserem dentro da faixa de 7 até 11, sendo esses: Itutinga (10,50), da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Carrancas (8,27), do Campo das Vertentes; e Juiz de Fora (7,03), da Zona da Mata. Enquanto dentro da classe de 2,8 até 5,2, destacam-se os municípios de Betim (5,15) e Belo Horizonte (3,64), da Metropolitana de Belo Horizonte; Ubá (4,19) e Porto Firme (2,77), da Zona da Mata; e Uberlândia (4,08), do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Dentre os municípios pertencentes ao Campo das Vertentes que apresentam razões maiores ou iguais a um, ressaltam-se: Itutinga (10,50), Carrancas (8,27), Barbacena (1,31), Nazareno (1,24), São Tiago (1,09), Conceição da Barra de Minas (1,04), Ritópolis (1,03) e Nepomuceno (1,00).

Figura 7. Razão entre Migração e Pendularidade (RM_p) por município para São João del-Rei (2010).



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

Autores: Carlos Felipe Silva e Rafael Santiago Soares.

A tabela 7 apresenta todos os municípios mineiros com RM_p maior ou igual a um, ou seja, os municípios em que prevalecem os movimentos migratórios em detrimento dos deslocamentos pendulares para São João del-Rei. As mesorregiões com o maior número

de municípios em que a mobilidade migratória supera a pendular para fins estudantis correspondem ao Campo das Vertentes (oito municípios), Metropolitana de Belo Horizonte (seis municípios) e Zona da Mata (cinco municípios).

Tabela 7. Municípios, por mesorregião, com **RM_p** maior ou igual a 1 (2010).

Municípios:	Mesorregião:	RM_p (≥ 1):
Itutinga	Campo das Vertentes	10,50
Carrancas	Campo das Vertentes	8,27
Juiz de Fora	Zona da Mata	7,03
Betim	Metropolitana de Belo Horizonte	5,15
Ubá	Zona da Mata	4,19
Uberlândia	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	4,08
Belo Horizonte	Metropolitana de Belo Horizonte	3,64
Porto Firme	Zona da Mata	2,77
Campo Belo	Oeste de Minas	2,25
Contagem	Metropolitana de Belo Horizonte	1,87
Cataguases	Zona da Mata	1,83
Ipatinga	Vale do Rio Doce	1,70
Ouro Preto	Metropolitana de Belo Horizonte	1,64
Barbacena	Campo das Vertentes	1,31
Nazareno	Campo das Vertentes	1,24
São Vicente de Minas	Sul/Sudoeste de Minas	1,20
Sete Lagoas	Metropolitana de Belo Horizonte	1,16
Caxambu	Sul/Sudoeste de Minas	1,09
São Tiago	Campo das Vertentes	1,09
Divinópolis	Oeste de Minas	1,07
Ouro Branco	Metropolitana de Belo Horizonte	1,05
Conceição da Barra de Minas	Campo das Vertentes	1,04
Ritópolis	Campo das Vertentes	1,03
Nepomuceno	Campo das Vertentes	1,00
Alto Rio Doce	Zona da Mata	1,00

Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

A Razão de Mobilidade Escolar do Ensino Superior (RM_e) de São João del-Rei, formada pelo número de migrantes estudantes de nível superior sobre o número de pendulares estudantes de nível superior, corresponde a 0,1, em 2010, isto é, o município absorve em maior intensidade os estudantes de nível superior que realizam deslocamentos

periódicos, em contraponto aos discentes que migram e cursam o ensino superior em São João del-Rei. O RM_e revela que todas as mesorregiões apresentam o predomínio de estudantes pendulares, em relação aos estudantes migrantes, que cursam o ensino superior em São João del-Rei, ao considerar que as razões não ultrapassam a unidade (Tabela 8).

Tabela 8. Razão de Mobilidade Escolar para o Ensino Superior (RM_e) por mesorregião para São João del-Rei (2010).

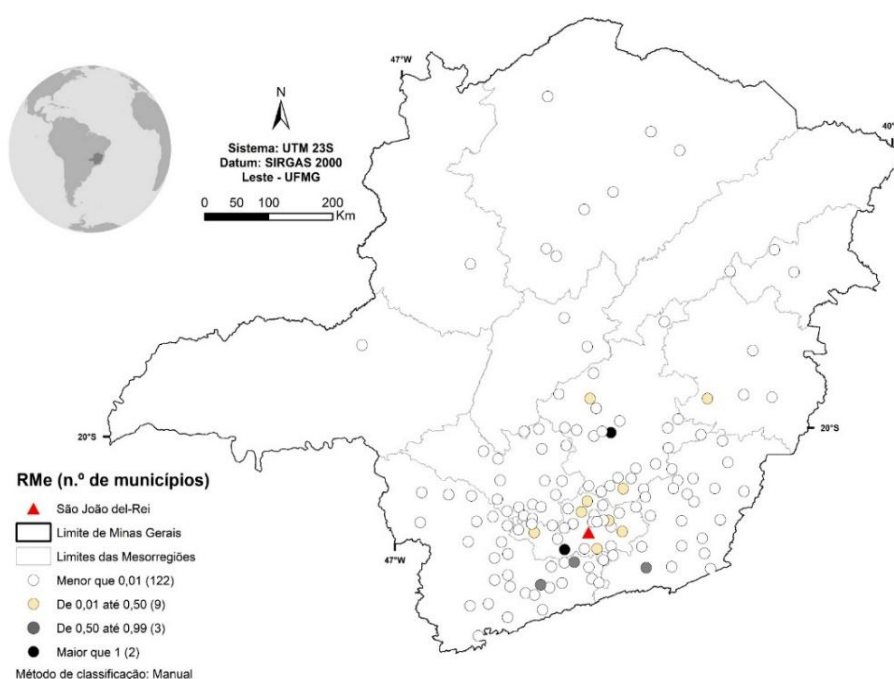
Mesorregiões de Minas Gerais:	Número de migrantes estudantes de nível superior (M_{ej}):	Número de pendulares de nível superior (P_{ej}):	RM_e %:
Campo das Vertentes	86	1.679	0,1
Central Mineira	0	22	0,0
Jequitinhonha	0	6	0,0
Metropolitana de Belo Horizonte	102	456	0,2
Noroeste de Minas	0	11	0,0
Norte de Minas	11	52	0,2
Oeste de Minas	0	243	0,0
Sul/Sudoeste de Minas	41	385	0,1
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0	11	0,0
Vale do Mucuri	0	17	0,0
Vale do Rio Doce	8	37	0,2
Zona da Mata	87	137	0,6
Total Geral	335	3.056	0,1

Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

A capital Belo Horizonte (1,18) e Carrancas (1,13) representam os municípios que se encontram dentro da faixa maior que um, já os municípios de Juiz de Fora (0,87), São João Vicente de Minas (0,68) e Caxambu (0,59) correspondem àqueles que pertencem à faixa de 0,50 até 0,99. Além disso, há uma concentração de estudantes migrantes ou pendulares, que cursam o ensino superior em São João del-Rei, oriundos dos municípios que pertencem às mesorregiões do Sul/Sudoeste de Minas, Metropolitana de Belo Horizonte, Campo das Vertentes e Zona da Mata. O centro sub-regional exerce influência sobre 136 municípios do estado mineiro. Em 11 municípios, o que equivale a 8%, nota-se a predomínio da migração para São João del-Rei, sendo a maioria desses municípios pertencentes

à Zona da Mata (5 municípios) e Metropolitana de Belo Horizonte (3 municípios). Em 125 municípios, o que representa 92% dos municípios do estado, ocorre a preponderância da mobilidade pendular para fins de estudo em cursos de ensino superior, sendo a maioria desses municípios pertencentes à mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas (29 municípios), Campo das Vertentes (23 municípios), Metropolitana de Belo Horizonte (21 municípios), além da Zona da Mata (17 municípios) (Figura 8).

Figura 8. Razão de Mobilidade Escolar para o Ensino Superior (RM_e) por município para São João del-Rei (2010).



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).
Autores: Camila Aguiar de Montero, Carlos Felipe Silva e João Vitor Pereira Guedes.

A tabela 9 elenca os municípios mineiros que apresentam os maiores RM_e . Belo Horizonte e Carrancas constituem os únicos municípios do estado em que o RM_e supera a unidade, ou seja, as localidades em que o volume de movimentos migratórios ultrapassa o de deslocamentos pendulares para fins de estudo em cursos do ensino superior em São João del-Rei. O volume de migrantes originários de Belo Horizonte que partem para São João del-Rei e cursam o ensino superior equivale a 60, ao passo que o volume de pendulares corresponde a 51. O contingente de discentes que estabelecem moradia fixa em São

João del-Rei provenientes do município de Carrancas equivale a nove, já o de estudantes que realizam deslocamentos pendulares corresponde a oito. O Campo das Vertentes, com sete municípios, a Metropolitana de Belo Horizonte, com três municípios e o Sul/Sudoeste de Minas, com dois municípios, representam as mesorregiões do estado que apresentam o maior número de municípios com os maiores RM_e .

Tabela 9. Municípios, por mesorregião, com os maiores RM_e (2010).

Municípios:	Mesorregião:	RM_e :
Belo Horizonte	Metropolitana de Belo Horizonte	1,18
Carrancas	Campo das Vertentes	1,13
Juiz de Fora	Zona da Mats	0,87
São Vicente de Minas	Sul/Sudoeste de Minas	0,68
Caxambu	Sul/Sudoeste de Minas	0,59
Ritópolis	Campo das Vertentes	0,37
Ipatinga	Vale do Rio Doce	0,36
Sete Lagoas	Metropolitana de Belo Horizonte	0,30
Piedade do Rio Grande	Campo das Vertentes	0,25
Dores de Campos	Campo das Vertentes	0,21
Resende Costa	Campo das Vertentes	0,10
Conselheiro Lafaiete	Metropolitana de Belo Horizonte	0,09
Lavras	Campo das Vertentes	0,07
Barbacena	Campo das Vertentes	0,02

Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

A Razão de Pendularidade Escolar (RP_e), que resulta da razão da mobilidade somente para fins de estudo, o que inclui todos os níveis educacionais, sobre a mobilidade somente para fins de trabalho, equivale a 1,42, o que indica que São João del-Rei exerce, sobre todas as mesorregiões, uma maior polarização relativa ao ensino do que ao trabalho. As mesorregiões que exibem os maiores RP_e equivalem ao Norte de Minas (11,67), Noroeste de Minas (11,00) e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (11,00), ao passo que os menores se referem ao Campo das Vertentes (1,04) e Central Mineira (1,57). O Campo das Vertentes, onde situa-se São João del-Rei, contém o menor RP_e , 1,04, o que indica a presença expressiva de fluxos pendulares laborais para São João del-Rei, ainda que os fluxos

pendulares estudantis se sobreponham àqueles para fins laborais. A proximidade dos municípios da mesorregião com São João del-Rei favorece a pendularidade (Tabela 10).

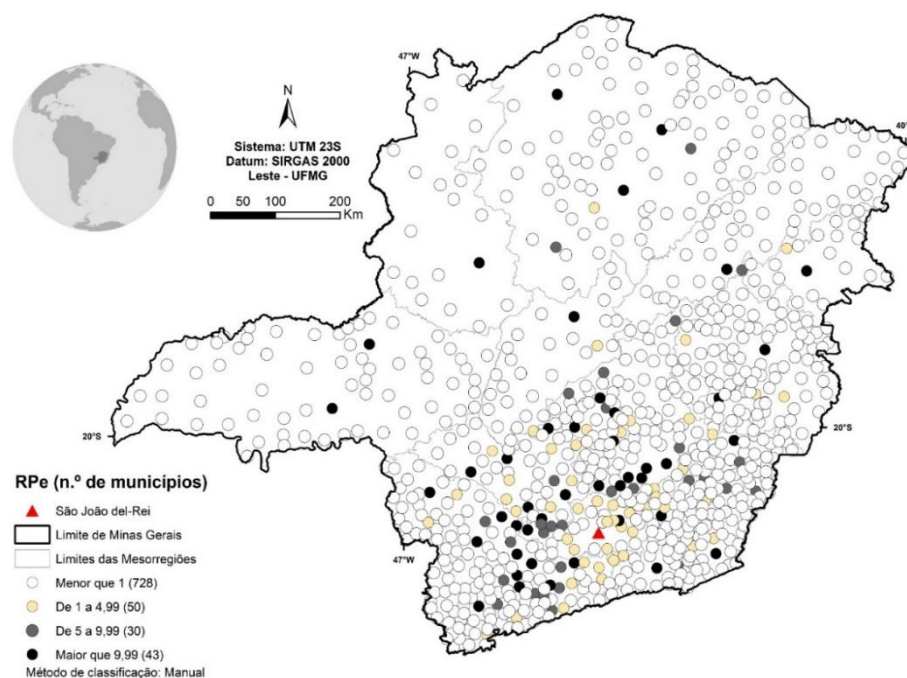
Tabela 10. Razão de Pendularidade Escolar (RP_e) por mesorregião para São João del-Rei (2010).

Mesorregiões de Minas Gerais:	Mobilidade pendular exclusiva para estudo:	Mobilidade pendular exclusiva para trabalho:	RP_e %:
Campo das Vertentes	2.970	2.850	1,04
Central Mineira	22	14	1,57
Jequitinhonha	20	6	3,33
Metropolitana de Belo Horizonte	574	171	3,36
Noroeste de Minas	11	1	11,00
Norte de Minas	70	6	11,67
Oeste de Minas	289	58	4,98
Sul/Sudoeste de Minas	426	66	6,45
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	22	2	11,00
Vale do Mucuri	17	2	8,50
Vale do Rio Doce	43	5	8,60
Zona da Mata	146	68	2,15
Total Geral	4.610	3.249	1,42

Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).

Em referência aos municípios, a maior parte dos habitantes de Santa Cruz de Minas (0,77), Coronel Xavier Chaves (0,54), Conceição da Barra de Minas (0,37), Ritópolis (0,30) e Madre de Deus de Minas (0,25), que realiza a mobilidade espacial para São João del-Rei, pratica fluxos pendulares para fins laborais. Dentre os municípios do Campo das Vertentes, Nepomuceno e Dores de Campos, correspondem àqueles com os maiores RP_e , 26 e 16,5, respectivamente. São João del-Rei desempenha uma maior polarização relacionada ao ensino do que ao trabalho. Em 24 municípios, predomina a pendularidade para fins laborais, sendo a maioria desses municípios pertencentes ao Campo das Vertentes (9 municípios), Zona da Mata (6 municípios) e Metropolitana de Belo Horizonte (5 municípios). O deslocamento pendular para fins estudantis prevalece em 119 municípios, sendo a maioria deles do Sul/Sudoeste de Minas (29 municípios), Metropolitana de Belo Horizonte (23 municípios) e Campo das Vertentes (16 municípios) (Figura 9).

Figura 9. Razão de Pendularidade Escolar (RP_e) por município para São João del-Rei (2010).



Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico de 2010 - dados da amostra (IBGE).
 Autores: Camila Aguiar de Montero, Carlos Felipe Silva e João Vitor Pereira Guedes.

São João del-Rei corresponde a um centro sub-regional em que prevalece a pendularidade de estudantes de nível superior, em relação à migração em 2010, ao considerar que a Proporção de Pendulares de Ensino Superior (PP_e) supera a Proporção de Migrantes de Ensino Superior (PM_e). Os estudantes procedentes das mesorregiões que se encontram mais distantes de São João del-Rei tendem a realizar fluxos pendulares para o centro sub-regional para cursar o ensino superior. Em Teófilo Otoni, por exemplo, município do Vale do Mucuri, a cerca de 630 km de São João del-Rei através da BR-381, todos os estudantes de nível superior, que praticam a mobilidade populacional, optam pelo deslocamento pendular para São João del-Rei, mantendo o vínculo com o município de origem.

A Razão entre Migração e Pendularidade (RM_p), que inclui todos os níveis educacionais, equivale a 0,63, o que indica o predomínio dos deslocamentos pendulares, em relação à migração de estudantes, para o centro sub-regional de São João del-Rei. A Razão de Mobilidade Escolar do Ensino Superior (RM_e) corresponde a 0,1, o que aponta também o predomínio da mobilidade pendular, em comparação com a mobilidade migratória, realizada pelos estudantes de nível superior para São João del-Rei.

O maior volume de fluxos migratórios de estudantes de nível superior para São João del-Rei origina-se da capital Belo Horizonte, da Metropolitana de Belo Horizonte e dos municípios de Juiz de Fora, da Zona da Mata e de Ritápolis, do Campo das Vertentes. Nesse âmbito, ressalta-se que Juiz de Fora corresponde ao município com o maior número de habitantes da Zona da Mata, 540.756 habitantes (IBGE/2022) e Ritápolis encontra-se apenas a 14 km de distância de São João del-Rei. Por outro lado, o maior contingente de fluxos pendulares de estudantes de nível superior origina-se sobretudo dos municípios de Barbacena, Barroso e Lagoa Dourada, que integram à mesorregião do Campo das Vertentes, sendo Barbacena o município mais populoso da mesorregião com 125.317 habitantes (IBGE/2022). A distância relativamente pequena entre os municípios do Campo das Vertentes e São João del-Rei somada a expansão da malha rodoviária favorecem a realização de deslocamentos populacionais para o centro sub-regional.

São João del-Rei exerce uma maior influência sobre os deslocamentos pendulares estudantis, o que inclui todos os níveis de ensino, quando comparados com os movimentos migratórios. Em relação ao ensino superior, o município absorve em maior intensidade estudantes de nível superior que praticam deslocamentos periódicos, em contraponto aos estudantes que decidem pelo estabelecimento de moradia fixa. Ademais, existe uma concentração de fluxos pendulares de estudantes de nível superior para São João del-Rei que partem do Sul/Sudoeste de Minas, Metropolitana de Belo Horizonte e Campo das Vertentes. Por fim, constata-se que São João del-Rei desempenha uma maior polaridade associada ao ensino, quando comparada ao trabalho, sobre todas as mesorregiões de Minas Gerais, o que revela a importância da mobilidade espacial estudantil dentro das redes geográficas estabelecidas entre São João del-Rei e os municípios do estado.

Em síntese, a presença de uma universidade federal em São João del-Rei favorece o aumento da abrangência de polarização exercida pelo centro sub-regional, que atinge a municípios de mesorregiões mais distantes como o Noroeste de Minas e Vale do Mucuri, o que corrobora a tese de Soares (2020). Os fluxos migratórios ou pendulares de estudantes, ao atuarem dentro da dinâmica socioespacial de São João del-Rei, se mostram significativamente relevantes para compreender a redistribuição regional da população, a modificação do volume populacional, a estruturação espacial do município e as relações estabelecidas entre São João del-Rei e os demais municípios de Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estímulo à expansão das instituições superiores, a implantação de novos *campi*, bem como a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constituem meios que diminuem as assimetrias regionais e ampliam o acesso ao ensino superior. O crescimento quantitativo caracteriza-se pelo crescimento do número de vagas em instituições superiores já consolidadas, abertura de vagas e criação de novos *campi* e cursos em instituições educacionais existentes, além do estabelecimento de novas instituições. Ademais, ocorre uma redistribuição geográfica da oferta do ensino superior através da interiorização das instituições superiores em direção a regiões mais distantes dos centros socioeconômicos e da implementação de novas unidades em mesorregiões dos estados brasileiros. As distintas formas de acesso constituem a outros vetores responsáveis pelo crescimento da educação superior brasileira. As políticas focais, como cotas, reservas de vagas e seleções que beneficiam os grupos sociais especiais, assim como os mecanismos de avaliação para ingresso propiciam uma ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro.

A flexibilização da oferta da educação superior constitui um conjunto de mudanças referentes à regulação de políticas públicas empreendida pelo governo nacional desde 1996 e aos modos de atuação das instituições superiores públicas e privadas. A autonomia para o estabelecimento da oferta, associada aos subsídios e financiamento estatal e a uma política de reestruturação e interiorização do ensino superior determina alterações dentro da distribuição geográfica das instituições superiores. A existência de instituições educacionais em localidades fora dos centros metropolitanos ratifica a hipótese da desconcentração espacial seletiva relacionada à contribuição da melhoria das infraestruturas das cidades intermediárias que densificam a rede urbana brasileira. O padrão espacial da localização dos estabelecimentos superiores concentrados em dados espaços, a gratuidade e qualidade das universidades superiores e a ampliação da oferta de cursos e vagas em instituições superiores públicas e privadas favorecem a ocorrência de deslocamentos entre a residência e a instituição superior por parte de um vasto número de estudantes.

Nessa perspectiva, ressalta-se o papel das instituições superiores para o município de São João del-Rei, que se torna um polo educacional, com a instituição da Fundação de

Ensino Superior de São João del-Rei em 1986 e, posteriormente, com a incorporação da instituição educacional pela Universidade Federal de São João del-Rei em 2002. A especialização espacial de São João del-Rei atrai um considerável contingente de fluxos populacionais para o município e induz o oferecimento de outros serviços como rede bancária e financeira; atendimento médico mediante planos de saúde privados e clínicas particulares com certo grau de especialização; existência de redes varejistas de bens de consumo; oferecimento de serviços de lazer; escritórios regionais de grupos de comunicação regionais; e escolas privadas em todos os níveis educacionais.

Atualmente, São João del-Rei possui três estabelecimentos de ensino superior que oferecem cursos presenciais, sendo dois deles da rede pública, a Universidade Federal de São João del-Rei e o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais: *Campus* São João del-Rei e um particular, o Centro Universitário Presidente Tancredo Neves. Em referência ao número de cursos ofertados pelas instituições superiores sanjoanenses, constata-se que há um acréscimo de oito em 1992, para 62 cursos superiores em 2022. Além disso, observa-se um expressivo aumento do número de matrículas em cursos presenciais das instituições superiores, de 2.678 matrículas em 1992 para 10.436 em 2022, sendo dessas, 7.926 provenientes das instituições superiores públicas e 2.510 da instituição privada do município. Entre 1992 e 2022, a taxa de crescimento anual de matrículas e cursos em São João del-Rei corresponde a 5,20% e, 6,76%, respectivamente (INEP/2022). O significativo incremento do número de estudantes matriculados associa-se, sobretudo, à adesão das instituições aos programas federais de expansão do acesso à educação superior, que possibilita a fundação de novos *campi* e cursos, além do aumento do número de vagas.

Os resultados demonstram que, ao observar os fluxos populacionais, São João del-Rei corresponde a um centro sub-regional em que prevalece a pendularidade de estudantes de nível superior, em relação à migração em 2010. Ainda que a metodologia do IBGE, quanto à definição do local de residência, considere um número considerável de estudantes regulares em São João del-Rei como “flutuantes”, ou seja, como residentes dos municípios onde residem os demais membros da família, mesmo que permaneçam por longos períodos ininterruptos em São João del-Rei. A Proporção de Pendulares de Ensino Superior (PP_e), 36,50%, supera a Proporção de Migrantes de Ensino Superior (PM_e), 6,35%, sendo o Noroeste de Minas e Vale do Mucuri, as mesorregiões que apresentam os maiores

PP_e, já o Sul/Sudoeste de Minas e Vale do Rio Doce correspondem àquelas com os maiores PM_e, o que indica o poder de atração exercido por São João del-Rei sobre municípios mais distantes. O maior volume de movimentos migratórios de estudantes de nível superior para São João del-Rei origina-se da capital Belo Horizonte, da Metropolitana de Belo Horizonte, de Juiz de Fora, da Zona da Mata e de Ritópolis, do Campo das Vertentes. Por outro lado, o maior contingente de movimentos pendulares de estudantes de nível superior origina-se dos municípios de Barbacena, Barroso e Lagoa Dourada, do Campo das Vertentes. Assim, constata-se que os municípios mais populosos das mesorregiões tendem a fornecer para São João del-Rei volumes mais expressivos de migrantes como Belo Horizonte e Juiz de Fora ou de pendulares como Barbacena. Em municípios que se encontram mais distantes do centro sub-regional, como João Pinheiro, do Noroeste de Minas e Teófilo Otoni e Itaipé, do Vale do Mucuri, certifica-se que os estudantes optam por realizar a pendularidade para São João del-Rei, mantendo vínculo com o município de origem.

Em geral, os valores da Razão entre Migração e Pendularidade (RM_p), que abrangem todos os níveis de ensino, indicam a prevalência da pendularidade em relação à migração, o que significa que São João del-Rei exerce uma maior influência sobre os deslocamentos temporários de estudantes. Em relação ao ensino superior, a Razão de Mobilidade Escolar para Ensino Superior (RM_e) revela que o município absorve em maior intensidade estudantes de nível superior que realizam deslocamentos pendulares. Ademais, há uma concentração de movimentos pendulares de estudantes de nível superior para São João del-Rei que partem do Sul/Sudoeste de Minas, Metropolitana de Belo Horizonte e Campo das Vertentes. Por fim, constata-se ainda, a partir da Razão de Pendularidade Escolar (RP_e), que São João del-Rei desempenha uma maior polaridade relacionada ao ensino, quando comparada ao trabalho, sobre todas as mesorregiões do estado, o que revela, assim, a importância da mobilidade pendular para fins de estudo dentro das redes geográficas estabelecidas entre São João del-Rei e os demais municípios de Minas Gerais.

Ao analisar os fluxos migratórios e pendulares de estudantes de nível superior para São João del-Rei, constata-se que o município constitui um centro sub-regional de Minas Gerais, o que reforça os estudos realizados por Soares (2020). O predomínio de estudantes pendulares em São João del-Rei, provenientes da própria mesorregião ou de mesorregiões mais distantes como o Noroeste de Minas e Vale do Mucuri, ocasiona alterações dentro

da organização espacial do município, ao envolver moradias (repúblicas estudantis, casas de temporada, alojamentos universitários etc.), acesso aos serviços com demandas institucionais ou individuais específicas, além da circulação dentro do próprio município ou intermunicipal até a instituição superior, o que inclui automóveis, ônibus, vans e bicicletas. Os estudantes pendulares durante a formação acadêmica correspondem a moradores temporários do município que passam a integrar à dinâmica econômica, política e socioespacial de São João del-Rei, ao considerar que os movimentos pendulares se referem a fluxos regulares, não necessariamente diários. Ademais, espera-se, ainda, que parte desse contingente de moradores temporários reverta-se em permanente, com o estabelecimento de moradia fixa em São João del-Rei, após a conclusão da formação superior, o que impacta o crescimento demográfico local ou mesmo regional.

A migração e os movimentos pendulares realizados pelos estudantes de nível superior para São João del-Rei geram transformações dentro do espaço intraurbano do município, que podem constituir objetos de estudo para outras pesquisas. Nesse âmbito, menciona-se a ocorrência de um relativo aumento populacional, ainda que parcialmente sazonal, resultante da atração de estudantes e servidores das instituições educacionais, que estimulam o setor de serviços com demandas específicas direcionadas para as atividades institucionais ou individuais. Além disso, os estudantes incrementam o mercado imobiliário local, a partir da busca por terrenos em loteamentos ou por imóveis residenciais para locação. E, por fim, observa-se a ampliação da demanda por mobilidade, seja urbana, para o acesso às instituições superiores ou outras atividades cotidianas, seja regional, já que as instituições educacionais atendem aos discentes que residem em municípios vizinhos.

Ainda que os resultados possam e devam ser atualizados à luz dos dados censitários ainda não disponibilizados, existe uma série de possibilidades associadas às pesquisas futuras não exploradas neste trabalho, como aquelas que envolvem os impactos socioeconômicos resultantes da polarização exercida por São João del-Rei dentro de um cenário regional ou os efeitos diretos e indiretos da centralização social, econômica e educacional do município para a produção espacial, tanto em nível local como regional. A investigação de questões como essas, não enfrentadas diretamente nesta pesquisa, torna-se importante para a formulação de políticas públicas capazes de reverberarem em efeitos

positivos ao desenvolvimento regional, o que extrapola o efeito de um circuito exclusivo ao sistema acadêmico/educacional, que por si, já se mostra altamente relevante.

Com a divulgação dos dados amostrais do Censo Demográfico de 2022, torna-se possível atualizar as informações sobre a mobilidade espacial de estudantes de nível superior para São João del-Rei. As interpretações resultantes dessa base de dados, por meio dos indicadores de mobilidade populacional, possibilitam comparar os efeitos dos movimentos migratórios e pendulares estudantis em São João del-Rei. A análise da mobilidade populacional contribui para repensar os direcionamentos de políticas públicas e as premissas ao planejamento regional, sendo uma fonte de informações para gestores públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, M. R. **A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: um recorte do semiárido potiguar**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

AMORIM, C. C. **O uso do território brasileiro e as instituições de ensino superior**. Tese de Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, p. 335, 2010.

AMORIM FILHO, O. B. e RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, n. 13. Ouro Preto. **Anais**. Ouro Preto: ABEP, p. 1-22, 2002.

ARANHA, V. **Mobilidade pendular na metrópole paulista**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 96-109, 2005.

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: FLACSO e Boitempo, p. 157-171, 2013.

BAENINGER, R. Migrações Internas no Brasil no século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo**. Nepo: Campinas, p.71-94, 2011.

_____. Movimentos migratórios no contexto paulista: tendências da década de 80. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. ABEP, p. 675-704, 1996.

BAENINGER, R. e OJIMA, R. Novas territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para compreensão dos novos espaços da migração. In: **Países de Poblacion**. Centro de Investigación y Estudios Avanzados de la Población de la Universidad Autónoma del Estado de México, n. 58, p. 141-154, 2008.

BARBOSA, A. M. et al. **Cidades médias e atração de migrantes qualificados**. Geosul, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 69-88, 2015.

BARUFI, A. M. B. Impactos do acesso ao ensino superior sobre a migração de estudantes universitários. In: Resende, G. M. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise dos seus impactos regionais**. Brasília: IPEA, v. 1, p. 307-338, 2014.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia da população**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E. C. et al. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BIANCHETTI, L. e SGUISSARDI, V. **Da universidade à commoditycidade: de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

BOISIER, S. Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, D. R. **Dicionário de Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

BORGES, R. S. **Políticas Públicas de Acesso à Educação Superior: o Sistema de Seleção Unificada na Universidade Federal de Uberlândia (2010-2019)**. Dissertação de Mestrado em Educação: Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília, p. 106, 2015.

CARVALHO, A e ARAÚJO, I. **Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate**. Acta Scientiarum. Education, v. 40, n. 1, 2018.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPÓSITO, M. B. **Cidades médias: espaços em transição**, p. 23-34, 2007.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. et al. Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador. In: XI Encontro Nacional da Anpur. Salvador. **Anais**. Salvador, 2005.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. D; GOMES, P. C. D. C. e CORRÊA, R. L. (Orgs). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.

COTA, D. e DIÓRIO, A. C. D. Dispersão e fragmentação socioespaciais na cidade de São João del-Rei: algumas considerações parciais. In: ENAPUR: Desenvolvimento, Planejamento e Governança. Recife. **Anais**. Recife, Anpur, v. 1, p. 1-18, 2013.

COUTINHO, L. O desenvolvimento urbano em um contexto de mudança tecnológica. In: GONÇALVES, M. F. **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1995.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. C. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 141-162, 2012.

DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação como política de Estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas. In: DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 17-59, 2011.

DUPUY, G. **Les territoires de l'automobile**. Paris: Antropos, 1995.

GAIO SOBRINHO, A. **História da educação em São João del-Rei**. São João del-Rei, p. 159, 2000.

GARCIA, R. A. e NOGUEIRA, M. **A inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais**. Cedeplar, UFMG, 2008.

GEORGE, P. **A ação do homem**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. C. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GRAÇA FILHO, A. D. A. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

HAESBAERT, R. Regional – Global: **Dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Migração e deslocamento, resultados da amostra, comentário dos resultados**. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação. **Sinopse Estatística**. Brasília, Censo da Educação Superior 2022.

JARDIM, A. P. **Algumas reflexões sobre o estudo das migrações pendulares**. V Encontro Nacional sobre Migrações. Núcleo de Estudos Populacionais, Unicamp, 2007.

KAYSER, B. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, P. et al. **A Geografia Ativa**. São Paulo: Difel, 1980.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e os desafios na garantia de direitos**. Doutorado em Geografia. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, 2012.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), p. 89-114, 1980.

LOBO, C. **Dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras**. Doutorado em Geografia. Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 164, 2009.

LOBO, C. et al. **Mobilidade espacial da população: análise do fluxo de estudantes de nível superior nos centros regionais no interior de Minas Gerais**. Confins, n. 47, 2020.

MARQUES, A. C. H. e CEPÊDA, V. A. **Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos**. Perspectivas, São Paulo, v. 42, p. 161-192, 2012.

MARTINELLI, M. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. São Paulo. Editora Contexto, p. 112, 2003.

MATOS, R. Das grandes divisões do Brasil à ideia do urbano em rede tripartite. In: MATOS, R. **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, p. 17-59, 2005.

_____. **Geografia da População**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 164, 2011.

MINCER, J. **Family migration decisions**. Center of Economic Analysis of Human Behavior and Social Institutions. National Bureau of Economic Research. New York, 1977.

MOREIRA, R. **Da região à rede ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo**. Espaço, tempo e crítica. Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 1, p. 55-70, 2007.

NOGUEIRA, O. J. O. **Migrações internas tentativas de se buscar uma teoria**. Análise e Conjuntura: Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 38-47, 1991.

OLIVEIRA, J. T. **Educação, expansão das universidades federais e o processo de valorização do espaço urbano em São João del-Rei**. Mestrado em Geografia. Universidade Federal de São João del-Rei, 2017.

- OLIVEIRA, P. A. B. **Análise da mobilidade pendular na região metropolitana de Belo Horizonte em 2001-2002**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, 2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses**. New York: ONU, 2008.
- PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, IE/UNICAMP, 1998.
- PDI da UFSJ: 2019-2023. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. UFSJ, p. 90, 2018.
- PEREIRA, C. S. e HESPAHOL, A. N. **Região e regionalizações no estado de Minas Gerais e suas vinculações com as políticas públicas**. Revista Formação, v. 1, n. 22, p. 42-70, 2015.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 19-88, 1980.
- RICHARDSON, H. W. **Polarization reversal in developing countries**. The Regional Science Association Papers. Los Angeles, v. 45, p. 67-85, 1980.
- ROCHA, M. M. **A determinação da noção de mobilidades nas ciências humanas**. Boletim de Geografia, Maringá, v. 1, n. 1, 1998.
- ROCHEFORT, M. **L'Organisation urbaine de l'Alsace**. Strasbourg: Faculté des Lettres de l'Université de Strasbourg; Paris: Ophrys, 1960.
- ROSSETTO, C. B. S. e GONÇALVES, F. O. **Equidade na educação superior no Brasil: uma análise multinomial das políticas públicas de acesso**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, 2015.
- SACRAMENTO, J. A. A. **Os salesianos em São João del-Rei**. Revista da Academia de Letras de São João del-Rei. Ano VII, n. 7, p. 155-180, 2013.
- SAMPAIO, H. O global e o local no ensino superior no Brasil: apontamentos preliminares. In: **Anais do Encontro Nacional de Ciências Sociais**. ANPOCS, p. 1-37, 2014.
- SANTOS, A. V. e GUIMARÃES-IOSIF, R. **Política e governança da Educação Superior no Brasil: mercantilização e comprometimento da qualidade**. VI Seminário Estadual da ANPAE - RJ. Rio de Janeiro, 2017.
- SANTOS, B. H. **A Formação Socioespacial de São João del-Rei/MG e o Processo de Regionalização do Campo das Vertentes**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei, p. 171, 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Modo de produção técnico-científico e a diferenciação espacial**. Rio de Janeiro: Território, n. 6, p. 5-20, 1999.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. A. et al. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG, p. 18, 2010.

SCUDELER, M. A. e TASSONI, E. C. M. **A educação a distância como estratégia de captação de alunos após a redução da oferta do FIES**. Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 28, 2023.

SERRA, R. V. Desconcentração urbana e oportunidades de trabalho: estudo da integração dos imigrantes no mercado de trabalho das cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras. In: Concurso Nacional de Monografias Sobre População e Desenvolvimento, 1998/1999. **Anais**. Brasília: Ministério da Fazenda, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, p. 93-116, 1999.

SILVEIRA, M. L. **Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade**. Ciência Geográfica, Bauru, v. 15, n. 1, 2011.

SIMÕES, R. e AMARAL, P. V. **Interiorização e novas centralidades urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil**. Revista Economia, v. 12, n. 3, p. 553-579, 2011.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Hucitec, 1973.

SOARES, R. S. **Flexibilização da oferta do ensino superior: mobilidade espacial de estudantes e as conexões geográficas em Minas Gerais**. Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SOARES, R. S. e LOBO, C. Centralidades regionais em Minas Gerais: uma proposta com base na oferta do ensino superior. In: XXI Encontro de Estudos Populacionais, Poços de Caldas. **Anais**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 1-19, 2018.

_____. **Nível hierárquico e rede de influência dos centros regionais no interior do estado de Minas Gerais: uma proposta com base na oferta do ensino superior**. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 21, n. 73, p. 53-69, 2020.

TODARO, M. P. **A model of labor migration and urban unemployment in less-developed countries**. American Economic Review, v. 59, p. 138-48, 1969.

WUNSCH, G. e TERMOTE, M. G. **Introduction to demographic analysis: principles and methods**. Plenum Press: New York, 1978.